



ATA DA 197ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos 21/02/2018, sob a presidência do Senhor Secretário Adjunto da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, Dr. Luiz Ricardo Viegas de Carvalho, realizou-se a 197ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, convocada com a seguinte Pauta:

Expediente:

1. Discussão e votação da Ata da 196ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.
2. Posse do senhor Luciano Pinto como Conselheiro **Titular** representante da **Secretaria Municipal de Justiça - SMJ**.
3. Posse do senhor **Alberto Tiago Carvalho Verona** como Conselheiro **Titular** representante da Polícia Militar Ambiental.
4. Posse das senhoras **Renata Barbosa Romero** e **Maria Isabel Meunier Ferraz** como Conselheiras **Titular** e **Suplente**, respectivamente representantes da **Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS**.
5. Posse da senhora **Caren Vanessa Diniz**, como Conselheira **Titular** e do senhor **João Carlos Marques Gemaque Vilhena** como Conselheiro **Suplente**, representantes da **Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais – SMPR**.
6. Posse das senhoras **Vivian Marrini de Azevedo Marques** e **Maria Cristina Poletto** como Conselheiras **Titular** e **Suplente**, respectivamente, representantes **Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SMA**.
7. Posse da senhora **Magali Antonia Batista** como Conselheira **Titular** representante da **Secretaria Municipal de Saúde - SMS**.
8. Informes.
9. Sugestões para inclusão na pauta desta reunião.

Ordem do dia:

1. Apresentação do Relatório Anual de Atividades do FEMA e CONFEMA.
2. Discussão e Votação da Proposta das Diretrizes anuais para utilização dos recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – FEMA, para o ano de 2018.
3. Indicação de conselheiro representante do CADES para a Comissão que trata do “Prêmio Responsabilidade Socioambiental”, conforme Resolução nº 02, de 2 de agosto de 2011, que consiste na entrega da Medalha de Responsabilidade Socioambiental e Diploma de Gratidão da Cidade de São Paulo.
4. Apresentação do projeto de defesa da biodiversidade do Parque Trianon, pela senhora Andrea de Almeida Bossi, do Departamento de Parques e Áreas Verdes – DEPAVE.
5. Sugestões para Pauta da próxima reunião e Assuntos Gerais.

Anexos:

- Ata da 196ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.



ATA DA 197ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

- Proposta das Diretrizes anuais para utilização dos recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – FEMA, para o ano de 2018.

Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) – O Secretário Eduardo Castro foi convocado a uma reunião agora com o então Prefeito. Aliás, tem mais um integrante aqui do Conselho, que é o nosso representante aqui da Secretaria de Transporte, que também fará parte dessa reunião. Inclusive ele já avisou aqui, de antemão, que sairá daqui a dez minutos. Tem multa, é pago, exatamente isso. Bom, bom dia a todos e a todas. Eu queria primeiro me apresentar. Eu sou Ricardo Viegas, estou Secretário Adjunto desde dezembro do ano passado e nesse momento eu estarei aqui conduzindo a reunião do Conselho. Eu declaro aberta esta sessão da 197ª Reunião do CADES e nesse sentido eu passo a palavra ao Coordenador para que apresente a pauta e fazer alguns encaminhamentos.

José Manuguerra (Coordenador Geral) - Obrigado, Secretário. Bom dia a todos. Antes de dar início à nossa pauta, gostaria de fazer dois pequenos apertes. Primeiro, um agradecimento pessoal pelos votos de restabelecimento da minha saúde durante a minha recuperação. Eu acho que num momento que a sociedade brasileira vive atualmente, de tanta violência, de tanta intolerância, esses exemplos de apoio ao ser humano - isso não tem nada a ver com o Manuguerra - é muito importante. Então fiz a cirurgia, estou restabelecido, agradeço de coração. Muito obrigado a todos pelos votos recebidos. Fiquei muito feliz. E um segundo aparte, eu gostaria de pedir, com a permissão do Secretário, votos também de recuperação ao nosso colega Marcelo Morgado. Ele foi Conselheiro do CADES em 2017 e agora em janeiro ele sofreu um acidente gravíssimo durante uma viagem, ele está hospitalizado. Então, cada um, dentro de sua crença, se puder enviar pensamentos positivos para a recuperação do nosso colega Marcelo Morgado também. Muito bem, obrigado a todos. Dando início à 197ª Reunião do CADES, sou José Manuguerra, Coordenador Geral. Hoje é dia 21 de fevereiro de 2018, 9h30, aqui no Edifício Martinelli. Vamos lá. Primeiro ponto do expediente: discussão e votação da Ata da 196ª reunião plenária ordinária do CADES. Os Conselheiros receberam o resumo dessa Ata durante a convocação. Há alguma consideração a ser feita sobre a Ata, sobre o que foi discutido na última reunião? Muito bem, se não houver nenhuma consideração, os Conselheiros que aprovarem a Ata conforme recebida, por favor, permaneçam como estão. **A Ata da 196ª Reunião Plenária Ordinária do CADES está aprovada por unanimidade.** Muito bem, os próximos pontos do Expediente: **posse do Sr. Luciano Pinto, como Conselheiro titular da Secretaria Municipal de Justiça; posse do Sr. Alberto Tiago Carvalho Verona, como Conselheiro titular representante da Polícia Militar Ambiental; posse da Sra. Maria Isabel Meunier Ferraz, como Conselheira suplente, representante da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social; posse da Sra. Caren Vanessa Diniz, como titular, e do Sr. João Carlos Marques Gemaque Vilhena, como Conselheiro suplente, representantes da Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais; posse das Sras. Vivian Marrani de Azevedo Marques e Maria Cristina Poletto, como Conselheiras titular e suplente, representantes da Secretaria de Estado do Meio Ambiente; finalmente, posse da Sra. Magali Antônia Batista, como Conselheira titular, representante da Secretaria Municipal de Saúde.** A posse está acolhida. Senhores Conselheiros, estejam empossados e sejam muito bem-vindos. Passamos do segundo ao sétimo ponto rapidamente, vamos lá, o próximo ponto: informes gerais. Eu peço à Rute que informe sobre a prorrogação do prazo para cadastramento das ONGs no site da Secretaria Municipal do Verde.

Rute Cremonini (Secretária Executiva) - Bom dia a todos, Rute Cremonini, Secretária Executiva do CADES. Nós obtivemos oito entidades para compor as dez cadeiras de



ATA DA 197ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

organizações não-governamentais; no entanto, as cadeiras têm suplência, então, são dez titulares e dez suplentes, portanto, hoje sai um comunicado de que nós estamos prorrogando por mais 15 dias. Solicitamos a todos, então, que divulguem, por favor, entre as entidades que nós estamos com o prazo aberto, a partir de hoje, por mais 15 dias. Estamos recebendo via protocolo toda a documentação. As datas das assembleias não foram alteradas, conforme edital. Obrigada.

José Manuguerra (Coordenador Geral) – Ok, obrigado, Rute. Por favor, Conselheiro? Por favor, se identifique no microfone para efeito de Ata. Muito Obrigada.

Cons. Ângelo Iervolino - Bom dia a todos. Ângelo Iervolino, Sociedade Ambientalista Leste, a SAL, representando a Leste-3. Eu gostaria de perguntar para Rute: essas oito entidades que se inscreveram dentro do prazo vai ter alguma vantagem na hora do coiso ou permanece....

Rute Cremonini (Secretária Executiva) - Não, Ângelo, a prorrogação de prazo é um artifício natural quando a gente não alcança o quórum. O fato de no primeiro período as entidades terem se inscrito não confere nenhuma vantagem. Todas estarão concorrendo igualmente.

José Manuguerra (Coordenador Geral) - Conselheira Sueli?

Cons. Sueli Rodrigues - Bom dia, Sueli, CEMAIS de São Mateus, representando a Macro Leste 1. Na verdade, eu trago duas solicitações do CADES Regional de São Mateus. Ontem nós tivemos reunião e eles pediram que eu mencionasse duas questões: a primeira é qual é o procedimento para que possa solicitar a mudança do nome do Parque Aterro Sapopemba? Esse nome não condiz com o parque. Então, o Cades Regional entende que seria interessante abrir essa discussão e ver como que a gente poderia mudar o nome desse parque. A segunda questão, dentro desse mesmo parque, é que na verdade - provavelmente muitas pessoas não conhecem - mas aquilo era um grande aterro. Então, é um parque seco, sem arborização, um parque triste, inclusive. Então, o Cades Regional também entende e solicita que se coloque como prioridade a arborização, mas não com mudas, arborização com árvores já frondosas mesmo, para que as pessoas reconheçam aquele espaço como um espaço de preservação e de lazer. Então, são só esses dois pedidos que eu trago do Cades Regional de São Mateus. Obrigada.

José Manuguerra (Coordenador Geral) - Obrigado, Sueli. Eu peço que as sugestões de pauta sejam colocadas quando estivermos nessa etapa da reunião. De qualquer forma já está anotado, A respeito do Prêmio Responsabilidade Socioambiental, esse prêmio é um prêmio instituído pelo Vereador Gilberto Natalini através de uma Resolução de 2011, se eu não me engano, cuja comissão julgadora contém um representante do CADES. Em função do prazo que nos foi passado pelo comitê organizador do evento, não foi possível convocar uma reunião extraordinária do CADES para indicação do representante. Dessa forma, o Secretário Eduardo me nomeou como representante do CADES para a comissão julgadora do prêmio. Tivemos uma reunião já sobre o prêmio nesta última segunda-feira, onde foram apresentados alguns projetos que serão elegíveis para a premiação, que deve ocorrer em junho deste ano. Assim que tivermos uma confirmação com Ata dos resultados das reuniões, eu informo aos Senhores Conselheiros. Muito bem, passando para o próximo ponto: sugestões de pauta desta reunião e assuntos gerais. Por favor, Conselheiro.



ATA DA 197ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Cons. Ângelo Iervolino - Ângelo, da SAL. Eu queria que fosse inclusa nessa reunião o assunto do empreendimento Copa do Povo.

José Manuguerra (Coordenador Geral) - O Conselheiro pode explicitar exatamente do que se trata essa demanda?

Cons. Ângelo Iervolino - É porque eu acho que se eu for explicar, acho que nesse momento...acho que é a questão...Eu vou resumir. Os ambientalistas da Zona Leste eles não concordam de liberar a área para que seja feita o condomínio. Então, depois, no momento exato, eu explico tudo o que está ocorrendo.

José Manuguerra (Coordenador Geral) - Perfeitamente. Está incluído na pauta de hoje. Alguma inclusão a mais? Bom, o Secretário Ricardo está solicitando a informação de que nós apresentamos o Plano Municipal da Mata Atlântica já em diversos fóruns. Tivemos eventos aí no início deste ano. Um plano que demandou um trabalho exaustivo dos Departamentos da Secretaria do Verde e iniciamos o ano de 2018 com essa grande entrega, que vai permitir trabalhos futuros ainda mais relevantes. Muito bem, partindo para o primeiro ponto da Ordem do Dia: apresentação do relatório anual de atividades do FEMA e do CONFEMA. Essa é uma exigência legal. Todo início de ano, a Divisão Técnica de Gerenciamento do FEMA deve apresentar um relatório com as realizações do ano anterior. Se puder colocar o PDF, por favor. Muito bem. Aproveito para anunciar a presença do Ray, Coordenador do FEMA. Bom dia, Ray. O Ray - os Senhores Conselheiros devem se recordar - no final do ano passado ele fez uma apresentação de prestação de contas dos principais projetos custeados pelo Fundo Municipal do Meio Ambiente em 2017. O relatório ele contempla não apenas os projetos, mas como as atividades desenvolvidas por toda a equipe. Deixa eu ver se eu consigo. O relatório os Senhores Conselheiros devem tê-lo recebido. Ele trata da legislação e do panorama geral. As principais atividades desenvolvidas pela equipe durante o ano de 2017, como alguns dos Senhores Conselheiros devem se lembrar, foi a aprovação das diretrizes. Foi um processo bastante desgastante ao longo do ano de 2017, mas conseguimos a aprovação pelo Conselho do CADES, o que possibilitou a aprovação dos projetos do FEMA ao longo do ano. Criamos um banco de projetos para a Secretaria do Verde envolvendo não apenas os recursos do FEMA, mas recursos extra orçamentários também, de outros fundos. Esse banco de projetos conta hoje com mais de uma centena de iniciativas, tanto internas quanto externas. Então, existem iniciativas da própria Secretaria, da própria Prefeitura, e também de entidades da sociedade civil. Formação MROSC para toda a equipe. Como os Conselheiros sabem, o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil entrou em vigor a partir de janeiro de 2017, o que nos obrigou a fazer um curso de formação para toda a equipe do FEMA para o desenvolvimento de editais e para o desenvolvimento dos projetos do FEMA, já dentro da nova legislação. E é com bastante satisfação que eu informo que na última auditoria do Tribunal de Contas não foi apontada nenhuma irregularidade com relação aos projetos do FEMA durante o ano de 2017. Criamos um roteiro de projetos para o FEMA no intuito de padronizar todos os procedimentos. Esse roteiro ele trouxe uma série de facilidades tanto para entidades externas quanto para Departamentos da Prefeitura no intuito de facilitar a apresentação de projetos a serem submetidos para o FEMA. Até então, recebíamos os projetos de uma forma não padronizada. Criando esse roteiro, facilita tanto a execução da proposta quanto a aprovação das comissões e do próprio Conselho do FEMA. Os Conselheiros do FEMA acharam bastante interessante essa iniciativa juntamente com o próximo item, o item 1.5, que é a apresentação dos projetos



ATA DA 197ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

na reunião do CONFEMA. Os projetos, eles são apresentados previamente à sua deliberação. Então, caso exista qualquer necessidade de alteração, qualquer dúvida, essa dúvida é sanada antes do processo de deliberação. Isso nos traz, no mínimo, velocidade na deliberação dos projetos e tranquilidade para os Conselheiros que aprovam algo já tendo um conhecimento prévio e tendo digerido bem a sua ideia. Tivemos a eleição de Conselheiros da sociedade civil em agosto, estamos com o quadro de Conselheiros do FEMA completo, o que também é uma exigência do Tribunal de Contas. O item 2 do relatório trata de todas as reuniões do FEMA ao longo do ano. Foram onze reuniões ordinárias e treze extraordinárias. Seguem a pauta de todas as reuniões. As reuniões foram basicamente de apresentação de projetos e deliberação - acho que não é necessário passar todos aqui - e aqui na frente nós temos o relatório das aprovações. Então, todos os projetos aprovados em 2017 pelo FEMA, apesar de um orçamento modesto - e a gente está batalhando para tentar elevar para os próximos exercícios -, tivemos um ano bastante produtivo: projetos de cunho ambiental, projetos bastante interessantes. Em sua maioria, projetos internos da Secretaria, mas já com seis editais de organizações da sociedade civil, que deverão entrar agora em 2018. Aqui as resoluções do FEMA, com todas as aprovações e esse gráfico eu não foi dizer que ele é engraçado, mas quando eu assumi a diretoria no início de 2017, o gráfico referente a 2016 era bem diferente desse, o que me causou um grande desconforto. Eu falei "poxa, como que o FEMA não está financiando projetos, ele está financiando outras atividades". Isso me causou um grande desconforto, que está sendo, graças a Deus, resolvido. O gráfico deste ano já mostra uma evolução. A função primordial do FEMA, que é financiar planos, programas e projetos e não mais, nunca mais, atividades de natureza continuada. Finalmente, o relatório de qualidade do meio ambiente, também uma exigência legal. Ele é emitido pelo DECONT, da Secretaria do Verde. Ele, acredito, esteja ainda em desenvolvimento. Ele ainda não foi publicado, mas em todo o relatório do FEMA nós fazemos menção ao relatório de qualidade. A distribuição dos editais ao longo dos anos, do FEMA. Este ano teremos, no mínimo, mais seis editais a serem adicionados a essa tabela e a utilização de recursos do FEMA para 2018 é de R\$ 30.751.000,00, valor um pouco superior ao de 2017, que foi de R\$ 24.000.000,00. Ainda modesto, mas com perspectivas de crescimento, o que já é um grande anúncio para todos nós. Infelizmente não tivemos leilão de créditos de carbono, que é uma das fontes de recursos que abastecem o FEMA, e continuamos firmes e fortes na fiscalização e investigação de TCAs, que também é uma fonte fundamental de recursos para o FEMA. Foi montado no final do ano passado um grupo de investigação de recursos de multas que podem estar em prazo de prescrição. Então, é um volume bastante significativo de recursos que não estava vindo para o FEMA. Esse grupo está fazendo um trabalho intensivo de identificação desses processos e autuação e notificação das pessoas e das empresas para que cumpram o pagamento dessas multas, de acordo com a lei. Nós temos um levantamento ainda não oficial da ordem de R\$ 1 bilhão de recursos que deveriam estar sendo direcionados para o FEMA. Ok, alguma dúvida com relação ao relatório? Esse relatório será apresentado na reunião do CONFEMA na próxima sexta-feira, dia 23. Muito bem. Alguma consideração? Ângelo, por favor.

Cons. Ângelo Iervolino - Ângelo, da SAL. Senhor Coordenador, eu acho que foi o fim do ano retrasado foi comunicado a nós, Conselheiro, que o FEMA emprestou dinheiro para a Secretaria, porque a Secretaria estava com o caixa baixo e posteriormente seria devolvido ao FEMA. Então, minha primeira pergunta é: esse dinheiro voltou ao cofre do FEMA? Segundo: eu fico contente com essa notícia de financiamento de projetos, porque ultimamente, e eu já falei diversas vezes aqui nessa reunião, o FEMA estava



ATA DA 197ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

passando dinheiro em coisa que seria dever da Municipalidade. Então, a gente estava acostumado tempos anteriores que a maioria do dinheiro da FEMA era para projetos, como o Senhor falou. O ano passado acho que não tivemos nenhum projeto para a sociedade civil. Ontem, eu dei uma olhada, já verifiquei que tem uma quantidade grande de possibilidade de projetos, que deixa a gente contente, mas depois eu que informasse para todos nós qual fim que foi dado desse dinheiro que o FEMA acabou emprestando para a Secretaria. Obrigado.

José Manuguerra (Coordenador Geral) - Obrigado, Conselheiro Ângelo. Com relação a despesas do FEMA anteriores a 2017, eu preciso, de fato, buscar ajuda aos universitários. A informação que eu tenho é que alguns projetos que foram aprovados pelo FEMA de fato referiam-se a atividades, como eu falei, de natureza continuada, o que não é a nossa diretriz, o que não é a diretriz do MROSC e não é o que o FEMA prega. O FEMA prega o financiamento de projetos, planos e programas com início, meio e fim bem definidos. Algumas atividades, como manejo e vigilância, foram alvo de recursos do FEMA na gestão anterior. Eu não tenho a informação de que esse dinheiro possa retornar ao FEMA, na medida em que esse projeto ou atividade tenha sido aprovado pelo Conselho e tenha sido executado. Eu me comprometo a buscar essa informação e retornar na próxima reunião. Ok?

Cons. Ângelo Iervolino - Novamente Ângelo. Esse dinheiro não foi nem para manejo nem para conservação de parque. Foi mesmo para ajudar o caixa da Secretaria, que estava baixo, para o uso diário, essas coisas, que foi tirado do FEMA e emprestado para a Secretaria com a previsão de ser devolvido.

José Manuguerra (Coordenador Geral) - Perfeito, Conselheiro. Eu, pessoalmente, vou verificar essa questão. De toda forma, como Coordenador do CONFEMA, informo também que nenhum recurso pode sair do caixa do FEMA sem aprovação pelo respectivo Conselho, mas vou verificar essa situação em detalhes e trago na próxima reunião. Conselheiro?

Cons. Marcos Moliterno - Moliterno, Instituto de Engenharia. O Ângelo lembrou bem. Houve a aprovação do Conselho desde que houvesse o retorno do dinheiro. Era meramente um empréstimo para acertar as contas. Então, o Ângelo lembrou bem isso daí. Obrigado.

José Manuguerra (Coordenador Geral) - Muito bem. Alguma consideração a mais? Ok, vamos passar para o segundo ponto da ordem do dia, que é a discussão das diretrizes anuais de utilização de recursos do FEMA (*pode passar para o Word, por favor?*). Eu gostaria de fazer um gancho com a apresentação do relatório de atividades do FEMA. O ano de 2017 foi um ano muito bom no quesito de desenvolvimento de projetos e reconstrução da funcionalidade principal do FEMA. Esse cenário, esse resultado, só foi possível porque as diretrizes que foram aprovadas pelo CADES no início do ano passado, ou nem tão no início do ano passado, estavam muito bem estruturadas. Em respeito aos Conselheiros recém empossados, eu vou fazer um retrospecto bastante breve do processo de aprovação das diretrizes em 2017. Em 2016, foi montado um grupo composto por Conselheiros do CADES para a revisão das diretrizes de utilização do FEMA, que é uma previsão legal na legislação. O FEMA só pode aprovar projetos quando as diretrizes estiverem aprovadas pelo CADES, então existe essa ligação umbilical entre o CADES e o CONFEMA. Até, a exemplo do que o Conselheiro Ângelo falou, o FEMA, em gestões anteriores foi utilizado para atividades não muito claras com a definição prevista



ATA DA 197ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

na lei, o que causou esse desconforto. Então, no início do ano passado eu fui procurado por alguns Conselheiros falando "Manuguerra, foi proposto um processo de revisão das diretrizes que não foi aproveitado. Nós gostaríamos muito de reaproveitá-lo". Então eu, com os Conselheiros, montamos esse grupo e fizemos uma revisão das diretrizes utilizadas até então pelo FEMA, cujo resultado foram as diretrizes segmentadas nas seis áreas temáticas que foram aprovadas em 2017. As diretrizes foram tão bem desenvolvidas por esse trabalho em conjunto com os Conselheiros do CADES que nós, do FEMA, não vemos por que alterá-las. O ano de 2017 foi um ano bom, o Tribunal de Contas não fez nenhum apontamento com relação a irregularidades dos projetos aprovados, sempre atrelados a essas 24 diretrizes, então nós entendemos que elas estão bastante adequadas e, por esse motivo, rerepresentamos aos Conselheiros do CADES para aprovação em 2018. Antes da reunião eu tive uma breve conversa com o Conselheiro Ferrua - acredito que ele tenha algumas considerações a fazer - e aí a gente submete à avaliação e discussão dos Senhores Conselheiros. Posso passar a palavra, Ferrua?

Cons. Luís Ferrua Filho - Eu vou passar a palavra à nossa Diretora Executiva, Cristina Antunes, porque ela participou desse grupo que gerou essa proposta e nós, em discussões internas, temos duas sugestões a serem inclusas nessa proposta. Então, vou passar a palavra à nossa Diretora, que tem mais propriedade a discutir.

Cristina Antunes - Bom dia a todos. Obrigada, Manu. Eu participei desses grupos em 2015/2016.

José Manuguerra (Coordenador Geral) - Cristina, por favor, se identifique.

Cristina Antunes - Cristina Antunes. Eu sou da SAJAPE e da CIRANDA, são associações de Santo Amaro. O que a gente está considerando é que esperamos que realmente seja aproveitado no formato em que está porque, como você disse, deu muito bom resultado e reflete uma seriedade maior com relação ao uso dos recursos do FEMA. Agora, nós gostaríamos, Manuguerra, de acrescentar alguns parâmetros, algumas balizas, que ajudariam os Conselheiros do CONFEMA a avaliar ainda melhor as propostas que forem apresentadas. Eu fiz parte do CONFEMA também, senti na pele essa dificuldade, essa falta de parâmetros para aprovar esses recursos. Então, eu vou colocar. São duas questões. Uma é que a gente tenha parâmetros de volume máximo de recursos para cada um desses temas. Como o Ângelo lembrou - eu não sei se é desse caso que ele está falando -, mas nós tivemos uma liberação para a Secretaria de Transportes há alguns anos atrás que a gente foi soltando dinheiro, foi soltando dinheiro sem ter limites. Então, o que a gente está propondo é que seja estabelecido uma baliza, um parâmetro máximo por tema ou um referencial por tema, alguma coisa que ajude os Conselheiros do CONFEMA a avaliar se para essa área, essa área já foi muito contemplada ou não, fica injusto porque não vai sobrar dinheiro para outra área. Algum parâmetro, alguma forma de balizar isso, essa liberação. A outra, Manuguerra, é um parâmetro também para limite mínimo de liberação para a sociedade civil. Eu preciso olhar com mais cuidado esse relatório, eu não estou no CONFEMA, mas nós não recebemos na Associação nenhum edital, nenhuma divulgação de edital para a sociedade civil. O ano passado eu sei que houve uma linha de trabalho que foi contemplada num edital. Agora, eu preciso sempre enfatizar que a sociedade civil faz muito bons projetos e sempre em favor do interesse coletivo. E esses projetos não estão acontecendo. Então, eu espero - você falou que tem cinco editais, seis editais para serem liberados -, eu espero que isso dê espaço realmente para a sociedade civil se apresentar como colaboradora da Administração Pública. E para esse item, para a sociedade civil prover



ATA DA 197ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

editais, também precisaria ter um valor mínimo, porque realmente tem sido muito pouco. Quando estava acontecendo era muito pouco, proporcionalmente ao caixa do FEMA. E mais uma questão que não tem a ver diretamente com isso, mas que eu acho que tem que ser posto para o CONFEMA: tem que haver devolutiva dos resultados dos projetos. Isso é uma falha do funcionamento do CONFEMA que nós também lamentamos, porque nós fizemos projetos que queríamos apresentar de volta. Inclusive, demandaria ações da Administração Pública e isso não aconteceu. Então, são duas propostas especificamente em relação às diretrizes e uma em relação ao funcionamento do FEMA que eu gostaria de colocar. Obrigada, Manuguerra.

José Manuguerra (Coordenador Geral) - Obrigado, Cristina. Conselheira?

Cons. Patrícia Sepe - Bom dia a todos. Patrícia Sepe, da SMUL. Só quero colocar que o meu colega titular, que é o Marcelo Bernardini, se aposentou - sortudo, né? De repente... Então, por enquanto vou assumir o lugar dele, mas a gente está buscando um titular que possa trabalhar de forma mais efetiva. Manu, eu cheguei um pouco atrasada e vi aqui de fato que o primeiro ponto foi apresentação do relatório anual da aplicação. Eu só queria ponderar algumas coisas e até somar um pouco com a fala da Cristina. Eu venho da SVMA, vi nascer esse CONFEMA e o que eu sinto, Manu - acho que você faz um trabalho superimportante, tal - mas a gente precisaria de fato, eu me sinto bastante preocupada - e isso é uma coisa que já externei há muitos anos, até para a Helena Magozo, a gente precisaria ter parâmetros mais claros de fato dessa aplicação. A gente precisaria ter avaliação do que o FEMA efetivamente... Não digo só do ponto de vista financeiro, isso vocês fazem com transparência, com clareza. A gente agora, por exemplo, aqui na SMUL, a gente toca o projeto da Bloomberg, que atua ali na zona rural sul. A gente foi fazer uma pesquisa, a gente viu que muito dinheiro do FEMA foi aplicado na zona rural de São Paulo. Muitos editais, a gente avalia que muitos foram positivos, mas outros, o universo da aplicação, a gente acha que, para o volume financeiro do que foi aplicado, muito pouco efetivamente se consolidou. Então, não sei se os Conselheiros mais antigos ou os funcionários mais antigos lembram, essa lei de 2009 ela revisou uma lei anterior da Secretaria e que vinculava claramente a discussão das diretrizes com o relatório anual de qualidade ambiental da cidade e com indicadores. E isso, em 2009, o Eduardo Jorge suprimiu da lei. Eu fico muito decepcionada com isso porque de fato a gente não tem parâmetro para avaliar. Ainda que você tenha prestação de contas, veja a transparência, abra o site e você consegue ver os editais, efetivamente você não consegue ver uma distribuição espacial desses valores, você não consegue saber efetivamente, né? Eu gostaria de propor - lógico que a gente vai votar aqui, até porque é superimportante o trabalho - vamos aprovar. Acho que as diretrizes são bastante importantes para a cidade, mas no ano passado já havia ponderado isso na época da votação. Vim aqui, fiz essa fala. Hoje faço de novo. A gente precisa ter nesse Conselho ou no Conselho do FEMA uma forma mais eficaz de avaliar a aplicação desses recursos. Então, reitero a importância do relatório. Acho que vocês têm uma equipe, seja no DEPLAN, seja no DECONT, precisa ter esse relatório e a gente pensar uns indicadores mínimos, uma coisa que você consiga ver a aplicação por região da cidade, por entidades, porque senão todo ano esse Conselho só referenda tópicos, *check-points*, e isso eu acho que o Conselho tem um papel mais importante do que isso. Obrigada.

José Manuguerra (Coordenador Geral) - Obrigado, Patrícia. Antes de passar a palavra ao Conselheiro, Patrícia, Cristina, vocês têm toda razão. Não se trata de uma prestação de contas financeiras apenas; trata-se da prestação de contas do projeto, do resultado do



ATA DA 197ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

projeto almeja. Então, se a gente investe um determinado volume de recursos num projeto que demanda esforço de várias equipes, de várias Secretarias, fica durante meses num trabalho de desenvolvimento, qual o resultado final disso? Eu, enquanto Conselheiro do Fundo eu gostaria de saber. Aquele projeto que eu aprovei lá atrás, cadê o resultado dele prático? Eu sei, foi investido "x" milhões. Tá, mas eu quero saber o resultado prático disso. Quantas famílias foram beneficiadas, quanto aumentou na produtividade, quanto reduziu no prazo de atendimento, os indicadores a que você se referiu, Patrícia. Você tem toda razão. As reuniões do FEMA nós temos já incentivado essa devolutiva. É que os projetos que foram aprovados ainda não chegaram ao nível de terem essa avaliação. Um dos projetos que nós aprovamos no ano passado foi o de fortalecimento do DECONT e do DGD, da fiscalização e controle, já tem alguns indicadores positivos. Eu conversei com o pessoal de DECONT, eles me informaram "Manuguerra, nós temos os indicadores de número de processos que aumentou, prazo de atendimento que reduziu, então um dos projetos aprovados pelo FEMA nós teremos condição, em breve, de fazer essa prestação de contas do resultado prático do projeto, de que o sucesso foi alcançado, mas, sim, vocês têm toda razão. Todos os projetos do FEMA, seja de organização da sociedade civil, seja internos, eles devem ter essa devolutiva para os Conselheiros tanto do FEMA quanto do CADES. Se trata da aplicação de recurso público. A gente tem responsabilidade sobre isso. Ferrua?

Cons. Luís Ferrua Filho - Eu faço as suas palavras as minhas, porque como também Conselheiro do CONFEMA anteriormente à minha presença aqui, verifiquei que os projetos aprovados e executados pelo CONFEMA não tinham seguimento, não tinha o que, no jargão da iniciativa privada, chama-se pós-venda. Então, ninguém sabia o que acontecia depois do projeto implementado, quais foram os resultados. E nós tivemos notícia, e nós temos notícias até de um projeto que nós mesmos executamos que simplesmente sumiu. Ele foi executado, ele foi implementado e onde é que ele está? Não está. Então, eu acho que é necessário recursos do CONFEMA para que esses projetos, executá-los, tenham um seguimento após a execução deles, para se saber realmente quais os resultados que eles deram à sociedade. Afinal, como você mesmo disse, nós estamos falando de dinheiro público e dinheiro público, como o dinheiro privado, ele tem que ter retorno. Se não tem retorno, vamos parar por aí.

José Manuguerra (Coordenador Geral) - Perfeito. Obrigado, Conselheiro. Cristina, sobre as sugestões de limitação de valores para projetos do FEMA e também definição de limites para projetos para organização da sociedade civil, sim, eu concordo, eu acho que isso traria uma padronização ainda melhor para os projetos e daria diretrizes mais claras para a utilização de recursos, porém, conforme a gente até conversou antes do início da reunião, esse assunto merece um estudo mais aprofundado. Não é tão simples quanto "ah, define-se um valor e ponto". Isso pode trazer impactos, pode engessar a proposição de projetos de uma forma que não seja interessante para os objetivos do FEMA. Então gostaria de sugerir, conforme já conversamos antes, a formação de um grupo, um grupo bastante reduzido, para fazer o estudo desse estabelecimento dos limites de recursos do FEMA, tanto o teto máximo quanto o teto mínimo para organizações da sociedade civil, e fazer esse estudo e apresentar numa próxima reunião do CADES, que pode ser extraordinária ou não, mas eu gostaria de propor aos Senhores Conselheiros que a gente deliberasse sobre a aprovação das diretrizes hoje e, em paralelo, a gente monta esse grupo, faz o estudo e apresenta na próxima reunião - extraordinária ou não - e faz um adendo às diretrizes. Os Conselheiros estão de acordo com essa proposta? Alguma consideração? Por favor, microfone.



ATA DA 197ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Cons. Patrícia Sepe - Não, eu concordo. Daí se publica uma nova resolução, uma retificação na resolução.

José Manuguerra (Coordenador Geral) - Exatamente.

Cons. Patrícia Sepe - É, porque eu acho que é importante o estudo, mas constar da resolução desse ano, né?

José Manuguerra (Coordenador Geral) - Sem dúvida. A proposta é que a gente delibere sobre as diretrizes apresentadas hoje, que são as mesmas de 2017, montamos esse grupo - podemos montá-lo inclusive agora, já com a definição dos nomes -, fazemos esse estudo e marcamos numa próxima reunião, extraordinária ou não, do CADES a apresentação desse adendo às diretrizes. Aprova-se, publica-se essa adição à resolução, Ok? A Cristina está pedindo a palavra.

Cons. Cristina Antunes - Só para agradecer. Eu acho que isso daqui a gente está aprimorando esse instrumento que é fundamental para o funcionamento do Conselho e da utilização dessa verba. Eu agradeço, Manuguerra, a sua atenção a essa nossa demanda.

José Manuguerra (Coordenador Geral) - Sem dúvida, Cristina. Eu acho que o nosso objetivo aqui é não fazer as coisas como sempre foram feitas. A gente precisa evoluir, a gente precisa melhorar, a gente precisa pensar fora da caixinha. Eu acho que isso é missão de todos nós. Muito bem. Então, eu gostaria de propor a indicação de membros desse grupo para a definição de limites de recursos para a utilização do FEMA. Eu não conversei com o Conselheiro Azzoni. Gostaria de sugerir...Cadê o Azzoni? Ah, o Azzoni foi tomar um café. Ele é especialista nisso. Como o Azzoni ele também é Conselheiro do FEMA, eu acredito que seria um nome interessante. Como ele não está aqui para... (risos). Não, assim que ele retornar a gente retoma. Então, eu gostaria, se os Conselheiros tiverem...

Cons. Patrícia Sepe - Eu me candidato, porque eu fiz a crítica também e fica difícil falar e não colaborar, mas desde que seja rápido, né, Manu, porque você sabe aí a nossa agenda do outro negócio aí. Está complicadíssimo.

José Manuguerra (Coordenador Geral) - Sim, tem que ser muito rápido. Eu estou nesse grupo. Está então, eu Manuguerra, Patrícia. Conselheira?

Cons. Maria Cristina Reali Espósito - Maria Cristina Reali Espósito, Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste. Também gostaria de participar e até nossa, brilhante, bem que vem de acordo aqui com as necessidades de a gente ter uma transparência efetiva, como tem nos ditames constitucionais. Acho que é assim nós só vamos enaltecer a função do nosso Conselho. Obrigada.

José Manuguerra (Coordenador Geral) - Ótimo, Maria Cristina. Acho que é esse o nosso grande objetivo. Então alguém mais? Eu gostaria de fazer um grupo bastante reduzido. Então, Manuguerra, Patrícia, Maria Cristina e assim que o Azzoni retornar, o Azzoni. Fica definido, então, o grupo para análise dos limites de utilização de recursos do FEMA. Vamos passar, então, para a deliberação das diretrizes apresentadas. Conforme eu falei aos Senhores Conselheiros, as diretrizes apresentadas, enviadas por e-mail na convocação, são exatamente as mesmas utilizadas em 2017. Alguma consideração sobre as diretrizes? Muito bem, então os Conselheiros que estiverem de acordo com a



ATA DA 197ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

aprovação das diretrizes para a utilização dos recursos do FEMA em 2018 permaneçam como estão. Ok, as diretrizes... Só um minuto. Muito bem, as diretrizes então estão aprovadas por unanimidade. A Rute fez um pequeno aparte aqui: o grupo formado trata-se de uma Comissão Especial para análise de utilização dos recursos do FEMA. Conselheiro Ângelo.

Cons. Ângelo Iervolino - A questão da diretriz eu já tinha visto em casa. Em cima disso, eu estou sentindo falta, alguma coisa, que as entidades de médio, de baixo, as entidades de bairro, as ONGs... Então, eu vejo que essas diretrizes fica muito difícil. Eu creio que está faltando, como tinha no ano passado, a questão para educação ambiental, para coleta seletiva, porque a maioria - lendo aqui, a maioria - isso aqui seria coisa de ou contratar firmas especializadas ou a própria Secretaria está fazendo esses temas. Eu acho que o coiso aí, está faltando alguma coisa que nós entidades, ONGs, principalmente da periferia, pudesse estar se inscrevendo para esses projetos.

José Manuguerra (Coordenador Geral) - Obrigado, Conselheiro. Apenas reforçando, as diretrizes elas são amplas. Elas foram divididas em seis temas de temática ambiental. Porém, elas são bastante amplas e elas não dizem respeito especificamente à execução ou pela Municipalidade ou por empresas contratadas ou por organizações da sociedade civil. Qualquer entidade pode se candidatar a qualquer projeto contanto que esteja amarrado a pelo menos uma dessas diretrizes. Então, seja uma atividade de preservação de área verde, seja uma atividade de educação ambiental, seja uma atividade de aproveitamento de resíduos sólidos ou de inovação tecnológica, tudo isso está contemplado nessas vinte e quatro diretrizes, Conselheiro. Então, tanto faz se será executada por uma licitação ou por uma ONG. O DPP ele está sempre de portas abertas a receber esses projetos. Eu já conversei com vários Conselheiros sobre isso. Nós fazemos essas apresentações prévias aos Conselhos do CADES e certamente do FEMA de projetos que possam vir a ser, mas não obrigatoriamente, custeados pelo FEMA. Na próxima sexta-feira agora, dia 23, nós teremos a apresentação de uma empresa que desenvolve soluções tecnológicas - aplicativo de celular. E a primeira frase que eu falei ao sócio da empresa é "você pode vir apresentar, mas nada garante que você será o vencedor desse certame" porque será um chamamento público. Então, você traz a proposta, nos apresenta, a Secretaria avalia, o Conselho avalia, demonstra o interesse e aí a gente lança um edital. O resultado do edital pode ser uma ONG, pode ser uma empresa, pode ser executado até pela própria Secretaria ou outras Secretarias. Então, nesse aspecto, Conselheiro Ângelo, eu afirmo que estamos inteiramente abertos a receber propostas de todas as entidades. Então, estando alinhadas às diretrizes, tragam projetos. Esses cem projetos, pouco mais de cem projetos, que nós temos hoje na base é pouco. A gente sabe que tem espaço para muito mais. Tragam propostas. Todos vocês têm o meu contato, a nossa equipe lá na Secretaria está sempre de portas e braços abertos para todos. Então, nós temos todo o interesse em conhecer iniciativas e a exemplo até do que a Cristina e o Ferrua comentaram: as organizações têm projetos muito bons, muito interessantes. É uma questão de a gente disseminar esse conhecimento, de ter conhecimento deles e de aproveitar as oportunidades. Então tragam projetos. Esse é o pedido que eu faço a todos. Conselheira Sueli?

Cons. Sueli Rodrigues - Sueli, Macro Leste 1. É uma pergunta, já que está se falando de financiamento de projeto. A Prefeitura Regional pode apresentar e solicitar recursos para o FEMA? Como projeto da Prefeitura Regional?

José Manuguerra (Coordenador Geral) - Sim.



ATA DA 197ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Cons. Sueli Rodrigues - Não precisa ter o edital, é isso? Só a título de esclarecimento.

José Manuguerra (Coordenador Geral) - Sim, pode. Estando estrelado às diretrizes, pode.

Cons. Sueli Rodrigues - Obrigada.

José Manuguerra (Coordenador Geral) - Ok, alguma consideração? Muito bem, então **as Diretrizes anuais para utilização dos recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – FEMA, para o ano de 2018, estão aprovadas.** Está formada e **aprovada também a Comissão Especial para Análise de Limites de Recursos do FEMA.** Passando agora para o próximo ponto da pauta: apresentação do projeto - finalmente - de defesa da biodiversidade do Parque Trianon pela Senhora Andréa de Almeida Bossi, do Departamento de Parques e Áreas Verdes da Secretaria do Verde. Andréa? Esse projeto ele foi apresentado no final do ano passado para os Conselheiros do FEMA. Os Conselheiros ficaram bastante surpresos com a situação e já demandaram "Manuguerra, traga logo esse projeto, o projeto estruturado, com orçamento, com cronograma, porque é um projeto que precisa ser aprovado". E como o assunto é bastante sério, bastante grave, a situação é bastante alarmante, nós achamos também de bom tom trazermos ao Conselho do CADES.

Andréa de Almeida Bossi - Obrigada, Manuguerra. Bom dia a todas e todos, eu sou Andréa Bossi, Analista de Meio Ambiente da Secretaria do Verde e estou aqui para falar um pouquinho sobre a situação atual do Parque Trianon, que tem nos preocupado muito há uns bons anos, pelo menos desde 2003. Então, eu vou tentar aqui usar essa tecnologia. Me avisem do horário, tá? Então, vamos lá. O Parque Trianon todos conhecem, fica na Avenida Paulista, principal via da cidade, lugar totalmente conhecido no mundo, o único remanescente de Mata Atlântica que nós temos na região central do Município. Coisas que poucas pessoas sabem. A gente tem aquela mata exuberante e poucos sabem que ali é um remanescente e o único que nós temos nessa região toda aqui, que não é pequena e tão árida. Bem, como é que é esse parque se compõe vegetalmente? Então, ele tem vegetação heterogênea, a gente tem árvores, tem herbáceas, tem arbustivas, algumas nativas da Mata Atlântica e outras exóticas. Na ocupação da cidade, elas foram sendo introduzidas, então isso a gente tem em todo o Município, em todo o Estado, no Brasil essa situação de florestas heterogêneas com a introdução dessas exóticas que podem ser consideradas invasoras ou não. Algumas exóticas elas têm um comportamento tranquilo, elas ficam ali, não causam nenhum dano ambiental, mas algumas, no Parque do Trianon, têm esse comportamento. Então só como exemplo do que nós encontramos lá de vegetação exótica, a gente vai ter o café, a gente tem a Dracena, a gente tem o leque-da-china. São muito ornamentais. Malvavisco, que atrai muita fauna, a seafórtia, que é o nosso foco principal, pau-incenso. Algumas delas são documentadas como invasoras. A gente tem uma portaria que lista algumas dessas espécies. Algumas não têm um comportamento tão agressivo, por exemplo, o ligustro, que ele é muito parecido com o *Ficus*. Ele não tem esse poder de ficar propagando, o eucalipto também está nessa lista e outras que já têm esse comportamento. A gente tem até que rever essa portaria, como, por exemplo, o ipê de jardim, que também é muito usado na arborização urbana em alguns lugares. Então, aqui é um pouco do retrato do que a gente encontra no Parque do Trianon. A gente vai ter que dar uma olhadinha especial nessas espécies, mas agora a gente vai ter que chamar muito a atenção para essa senhorita aqui, que é a seafórtia, que é a palmeira australiana. Muito bonita por sinal, muito usada. Você vai passando pelos jardins dos prédios em alguns bairros nobres, você encontra muitas. Eu tenho certeza que a partir de hoje vocês vão ter um outro olhar



ATA DA 197ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

quando passearem pelas ruas da cidade, porque antes eu não tinha. Eu via as palmeiras, achava bonita, ela dá um cacho lindo vermelho, ela é muito parecida com palmito-juçara e muito usada no paisagismo em São Paulo. E o que acontece com ela? Ela tem um crescimento muito rápido; ela frutifica o ano inteiro. Então, os passarinhos adoram comer suas sementes. Eles vão comer e vão largar essa semente ou perto ou longe. Então, vai esparramando pelo território e essa semente tem um alto poder de germinação. Então, quando a gente olha aquela fotografia - a primeira ali do lado direito - são plântulas. Então, quando você vai no Trianon - eu até convido vocês a visitarem - deem uma olhadinha no sub-bosques e vejam que forma um tapete verde e isto tudo é a seafórtia dominando toda a serrapilheira. Quando ela cresce, ela também solta muitas folhas; então, as folhas vão caindo - elas são grandes -, vão, assim, como eu posso dizer, sufocando plântulas de espécies nativas que poderiam estar se desenvolvendo. Então, elas impedem esse crescimento; além de tudo, fazem um sombreamento grande. Então, por exemplo, tem essa primeira foto, ela forma como se fosse um guarda-sol mesmo. Então, ela sombreia demais. Então, algumas espécies heliófitas, que gostam de sol, que precisam de sol para se desenvolverem elas acabam sendo prejudicadas aí no seu desenvolvimento e isso tudo acontece de uma forma muito rápida. Então, ela compete agressivamente com as nativas e a gente está com um probleminha que é esse daqui. Isso aqui é um exemplo do que está acontecendo. Em 2013, foi feito um levantamento. Isso aqui são quatro lotes: então, quando a gente passeia pelas alamedas do Parque do Trianon nós vamos caminhando, vendo aqueles sub-bosques que a gente chama de lotes. Nós reparamos. Então, fizemos a análise de quatro lotes - de 2013 e, depois, ano passado, em 2017. O azulzinho lá antigo e o vermelhinho atual. Então, por exemplo, o lote onze, que até a gente vai começar um trabalho por esse daqui. Em 2013, a gente tinha vinte e seis seafórtias. Eu estou falando de seafórtias de porte arbóreo, com DAP 5. DAP é diâmetro-altura do peito. Então, é aí que a gente considera o exemplar como árvore. Então, nós medimos somente as adultas de porte arbóreo, então nós tínhamos vinte e seis em 2013 e hoje, se não aumentou, setenta e três. Então, aqui a gente tinha em quatro lotes oitenta e sete e 2017 isso explodiu para quase duzentas. Então, é um crescimento estrondoso. Fizemos uma contagem. Isso aqui é o mapeamento. Eu trouxe até o mapa para vocês aqui, mas não vou conseguir abrir, mas, de qualquer forma o que eu tenho aqui em papel, que o papel causa um impacto maior, assim, para ter noção da dimensão do problema. Então, hoje nós temos setecentas árvores de seafórtia adultas dominando toda a paisagem do Parque Trianon. Então, as bolinhas vermelhas - parece uma catapora - então, ela explodiu pelo parque e a gente só está falando das adultas. Esse problema foi identificado em 2003. Então, não é um problema recente. A equipe da Secretaria do Verde, pessoas que ainda estão conosco, o pessoal do Herbário, o pessoal do Viveiro Manequinho Lopes fez um primeiro diagnóstico da situação do Parque Trianon, apresentou um plano de enriquecimento e controle da invasão biológica. Bem, não vou entrar nos detalhes do porquê as coisas não aconteceram, por que não foi resolvido o problema naquela época. Depois, em 2014, uma equipe do DEPAVE retomou esse projeto, fez uma nova contagem que vocês viram ali. Então, não conseguimos dar a solução necessária para um problema. É uma doença, como vocês podem ver. O Parque está tomado pela seafórtia e, finalmente, nesse ano de 2017, para agora, a gestão abraçou a nossa problemática, que não é problemática do DEPAVE-5 ou do DEPAVE-G ou da Secretaria do Verde. É do Município como um todo, porque a gente está falando de um patrimônio que é único e conseguimos encampar que esse problema fosse trazido como uma política da Secretaria, que eu acho que é mais importante. Quando a gente tem uma situação a ser resolvida não é só o técnico ou só



ATA DA 197ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

uma divisão. A Secretaria como um todo ou as Secretarias têm que abraçar a causa e têm que trazer como política para que as coisas possam acontecer. Então, o que não aconteceu no passado a gente está tentando resolver hoje com a parceria de muitas Divisões e muitos parceiros da sociedade civil também, inclusive universidades. Então, hoje esse é o nosso retrato. A gente não tem plântulas, a gente não tem jovens, a gente só está falando de adultas. A gente não tem condição de mapear o que é pequenininho, senão isso daqui seria uma grande mancha vermelha. Essa foto ficou um pouco desfocada porque a gente deu uma ampliada, mas esse é o retrato do que temos. Esse é o lote onze, naquele que tem mais seafórtias lá naquela primeira tabelinha. Então, esse mais ou menos o retrato que a gente tem no Parque Trianon atualmente: uma paisagem dominada. Qual que é o nosso objetivo? A gente tem que recuperar a biodiversidade. Então, a gente está falando da Mata Atlântica, que é um *hotspot*, é uma área extremamente ameaçada mundialmente, está na lista vermelha. Então, a gente precisa cuidar, é nossa responsabilidade. Então, a gente precisa não só recuperar essa biodiversidade como repor as espécies nativas originárias da Mata Atlântica, porque tivemos muitas perdas ao decorrer da história da cidade de São Paulo. Bem, outros objetivos específicos, que agora a gente também já está estruturando o projeto para apresentar para o FEMA, que é uma das possibilidades de a gente combater essa situação. Então, a primeira coisa que a gente tem que fazer ontem - que é para ontem - é controlar essa invasão biológica. A gente está dando foco na palmeira seafórtia, mas a gente também tem as outras espécies que a gente precisa remanejar também, mas o nosso foco maior será a seafórtia e esse controle, infelizmente, é por meio de supressão porque não adianta a gente retirar; algumas pessoas vêm com essa sugestão e a gente realmente quer preservar ao máximo qualquer ser vivo. Eu sou ecóloga e tenho também essa índole, como a maioria de vocês, mas, infelizmente, aqui é uma doença grave que a gente precisa exterminar. Então, é só a supressão mesmo para a gente poder controlar o que encontramos hoje. O enriquecimento da biodiversidade vai ser feito por meio da reposição da perda da vegetação, que não é só de árvores. A gente tem herbáceas, a gente tem as epífitas, as orquídeas. As pessoas veem as orquídeas nos parques, em qualquer lugar, elas coletam, porque acham bonita. Não é verdade? Levam embora, e a gente vai perdendo a nossa riqueza. As pessoas não fazem por mal, é uma ignorância, falta conhecimento de entender a importância daquilo se permanecer, mas a gente perdeu muitas orquídeas nesse parque, inclusive a gente está com um projeto bacana... Tem muita pesquisa que acontece no Trianon, isso é muito bacana, que inclusive está fazendo esse levantamento. Meu estagiário também está fazendo um levantamento nesse sentido para contribuir com esse projeto. Hoje ele não pode vir. Então, a gente vai fazer essa reposição com a parceria do Herbário. O Herbário é que dá toda a indicação do que vai plantar ou não no parque. Ah, vamos plantar, então, sei lá, vamos encher de palmito no lugar da palmeira. Não dá para tirar setecentas palmeiras seafórtias e plantar setecentos palmitos porque senão você vai ter uma monocultura de palmitos e a gente não quer que aconteça uma invasão de palmitos, porque tudo em excesso é prejudicial. Então, a gente não vai estar promovendo biodiversidade. Então a diretriz de espécies, o que vai plantar e onde plantar, é toda da equipe do Herbário Municipal e do Viveiro Manequinho Lopes. É o Ricardo e a Ione que estão mais à frente disso. Bom, o outro objetivo, o terceiro, é difundir o conhecimento sobre a problemática da invasão biológica e os seus impactos nos ambientes urbanos. Porque a gente tem aqui muita coisa acontecendo, é uma situação que está identificada, a gente sabe o que tem que fazer, mas a gente precisa difundir isso, porque não é só a seafórtia que a gente tem como invasora, que são graves. Então, a gente tem a leucena, por exemplo. O Parque do Trote, que é um parque histórico, um parque lindo, hoje - eu fiz uma vistoria não faz



ATA DA 197ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

um mês - e eu me assustei com o que eu vi. Ele está totalmente tomado por leucenas, que também têm esse poder de invasão, assim como a seafórtia. Então, o que a gente aprender com o Parque Trianon nós temos que aplicar nos demais parques. O Parque do Cordeiro. Quem é da Zona Sul - tem os representantes da Zona Sul - conhece. Um parque lindo. Na área dois, tomado por leucenas, não é verdade? O Parque da Alto da Boa Vista, tomado por ipê de jardim. E outras espécies que a gente também não tem tanto conhecimento ou não tem o olhar. A gente tem que aprender a olhar e tem que saber o que fazer, então precisamos difundir esse conhecimento e disponibilizar informação, que é o mais importante. Bem, isso daqui ninguém vai ficar lendo, porque é muito detalhe, mas esse é um cronograma que nós entendemos que pode atingir o nosso objetivo, que vai atingir. Então, a gente tem as etapas do objetivo um, que seria o controle da invasão, o dois, que seria recuperação da biodiversidade, o terceiro seria a parte da capacitação, difusão de conhecimentos. Conversamos muito com o Instituto de Biociências da USP, com a professora Vânia Pivello. Ela fez um trabalho na Cidade Universitária com a sua equipe. Acho que alguns devem conhecer esse trabalho. Eles fizeram na mata do CUASO um trabalho semelhante ao que a gente pretende fazer e foi bem interessante, porque ela apresentou os resultados desse trabalho. É legal a gente conhecer o projeto dos parceiros, o que deu certo e o que não deu certo. Então, eles fizeram esse trabalho na Cidade Universitária. Imagina, com pesquisadores de ponta; mas, no final das contas, eles tiveram um probleminha, que foi na questão do contrato. Então, quando vocês comentam a respeito de um projeto mal dimensionado ou com poucos indicadores, para que a gente possa acompanhar resultados, a gente pode ter lá no final algo que nós não queremos. No caso deles, eles tiveram uma falha na parte de contratação da equipe que fez o manejo das seafórtias e hoje a mata, infelizmente, está sendo tomada novamente pela seafórtia. Então, com essa lição nós entendemos que dois anos a gente consegue controlar a invasão biológica. Obviamente, que depois desses vinte e quatro meses a equipe permanente do parque vai ter que continuar fazendo o trabalho, porque não pode deixar nenhuma plântula; porque sempre vai sobrar uma sementinha. Mas em vinte e quatro meses a gente consegue controlar indivíduos arbóreos, consegue controlar os indivíduos jovens, consegue remanejar o restante da vegetação exótica, algumas espécies exóticas a gente vai ter de deixar no parque porque têm contexto histórico, como o café, e dois anos são suficientes para a gente poder trabalhar nesse sentido. Tirou muda, tirou árvore, tem que plantar outra no lugar, não é verdade? Tem a 10.365 que diz isso. Então, a Secretaria do Verde vai trabalhar com todo esse cuidado. Um mês a gente tira, o outro mês a gente repõe. Obviamente, que não cabem setecentas mudas de árvores no Trianon, então trezentas a gente vai plantar lá, que é o projeto do Herbário e do Viveiro, e quatrocentas mudas a gente vai dispor no Parque M'Boi Mirim, por quê? Porque na região central a gente não tem espaço para plantio e o Parque M'Boi Mirim sofreu um incêndio recentemente, lá tem muitos eucaliptos, que também são espécies invasoras. E aí, um técnico que acompanha, que é o Valdir, biólogo, ele vai levar então a reposição dessas quatrocentas remanescentes que a gente não vai conseguir plantar no Parque Trianon. Mudas, da onde virão as mudas? As mudas virão do Viveiro Manequinho Lopes e uma parte virá da Fundação SOS Mata Atlântica, que também é parceira desse projeto. Já a parte de capacitação ela vai ser feita em parceria com a UMAPAZ e a gente vai convidar professores que são referências na área de invasão biológica para falar a respeito do assunto, também com o apoio muito incisivo da professora Vânia Pivello, da USP. Eu vou terminar antes de meia hora, tá? Bom, o que que nós já fizemos a respeito do assunto? Atualizamos o plano de enriquecimento. Aquele plano de 2003 ele foi atualizado, mas quando a gente percebeu que o número já tinha explodido, a gente



ATA DA 197ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

precisou fazer um censo. A gente não tinha um censo das seafórtias, então a gente finalizou esse censo com alguns técnicos do DEPAVE-5, estagiários do DEPAVE-5, as estagiárias do Parque Trianon. Então os estagiários foram fundamentais nesse trabalho. Eles fizeram esse levantamento todo. Os laudos estão sendo elaborados, nós já apresentamos a problemática para os órgãos tombadores, porque o Parque Trianon é um parque tombado pelo Estado e pelo Município. Então, a gente precisa da anuência deles para qualquer ação, porque você está mexendo na paisagem. Isso já está com a anuência dos órgãos tombadores. Fizemos já um trabalho de articulação. Isso no decorrer todo de 2017. Por quê? A gente também teve um acesso a um projeto que foi da Prefeitura de Campinas, onde eles fizeram trabalho de combate à leucena e foi a mesma situação. Eles fizeram um trabalho grande de supressão de leucenas, foi monstruoso o trabalho, muito maior até que o da Cidade Universitária e uma das questões que eles acham que eles poderiam ter melhorado na Prefeitura foi a comunicação com o entorno, com a comunidade. Eles começaram a fazer as supressões na lata. Quem vê árvore sendo cortada sofre, não é verdade? Eu, que estou no parque, com laudo, sabendo o risco, quando eu vejo uma supressão meu coração dói. Imagina quem não sabe a situação. Então, a questão da comunicação e sensibilização, articulação com os parceiros é fundamental, e a gente tem feito isso no decorrer de 2017, atualmente. Isso é um trabalho que não pode parar. Ele antecede qualquer ação de conservação aqui por meio da supressão. Já apresentamos o projeto para o CONFEMA, né, Manuguerra? Fizemos apresentação para o CONPRESP também numa reunião que foi aqui no Martinelli e com a comunidade da Avenida Paulista. Tem uma associação que se chama Associação Paulista Viva, na Avenida Paulista. Eles são muito articulados, muito atuantes na região, fizeram um fórum de sustentaurbanidade e nos convidaram para apresentar a situação do Trianon e foi aí que eu tive contato com esses outros trabalhos de controle de invasão biológica, que nos ajudou muito na hora de pensar a estrutura do projeto. Outras coisas que foram acontecendo no decorrer do trabalho, que não é efetivamente o manejo: temos uma exposição educativa. Então, eu convido a todos que tiverem a oportunidade de ir ao Trianon, né, nós elaboramos alguns painéis, informando a situação do parque atual a respeito da invasão biológica, com parceria com a SOS Mata Atlântica, inclusive eles bancaram os painéis; nós fizemos os textos, eles os painéis. Estamos criando, em conversa com a Associação Viva e Deixe Viver para fomentar o programa de voluntariado em parques municipais, porque o Parque Trianon, ele incomoda as pessoas. Todo mundo quer ajudar. Impressionante. Todo mundo quer ajudar, mas a gente precisa receber ajuda de uma forma organizada. Então, não adianta a gente soltar um monte de gente que tem boa intenção, no sub-bosque, pisoteando as nossas mudinhas que estão querendo nascer e depois a gente tem um problema lá no futuro. Então, tem de ter algo organizado. O trabalho voluntário, ele é regido por lei - federal, estadual e hoje municipal também. Então, a gente está aproveitando a oportunidade para organizar esse trabalho e o nosso piloto vai ser o Parque Trianon. Pesquisas científicas. Acontecem inúmeras pesquisas científicas no parque. Não sei se vocês sabem, mas a Secretaria do Verde tem uma comissão de avaliação técnico-científica que acompanha os projetos em parques. A Priscilla faz parte, eu faço parte. Então, com essa história, com essa articulação toda, as pessoas estão tendo mais interesse em nos procurar, inclusive com essa parceria com a USP está sendo bem interessante. Os alunos virem com o foco mais direcionado para as problemáticas do parque, fazerem pesquisas mais aplicadas ao nosso trabalho. Então, um pequeno problema - que ele não é pequeno - ele vai se desdobrando em muitas articulações. O que precisamos agora? Finalizar laudos técnicos, que a gente está fazendo aos poucos. Está tudo lá, falta eu revisar. Está tudo pronto. A gente optou por fazer publicações em



ATA DA 197ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Diário Oficial de uma forma... não precisa fazer tudo de uma vez, porque a gente não vai fazer supressão de uma vez, porque ecologicamente e socialmente não é bacana. Então, estamos nesse trabalho, nesse contínuo de finalização de laudos e publicação em Diário Oficial. Eu estou finalizando a estrutura do projeto - o Manuguerra não deve estar aguentando mais -, mas a gente quer fazer um projeto muito bem estruturado, porque é algo que não dá para a gente ter falhas, não pode ter erros, é um parque visado, a gente tem uma série de legislações que a gente tem que atender e tem a questão social principal, que a gente tem que ter muita sensibilidade. Então, temos que fazer tudo com muita calma e critério técnico. Então a gente está finalizando. Esta semana já está pronto. E o mais difícil: sem dinheiro a gente não faz nada. A gente faz educação ambiental, sim, tem o DGD que pode ajudar, a UMAPAZ, a gente pode ir lá com voluntário tirar as plântulas, mudinhas pequenas. As maiores não, porque tem que usar IPI, tem que ter capacitação. Então, quando a gente começa a falar de seafórtia desse tamanho, a gente já está pressupondo que precisa de dinheiro. Manejo e conservação de parques, que nós fazemos rotineiramente, não consegue dar conta de combater esse problema que vocês viram aqui. A gente vai fazer uma coisa muito paliativa: vai tirar um cacho de fruto, mas o problema a gente não vai conseguir combater. A gente vai ter que ter coragem para enfrentar isso e, infelizmente, a gente precisa da ajuda financeira. Então, a gente está nessa fase de sensibilização, de estruturar um bom projeto e que os Conselheiros entendam a importância dele para que a gente possa realmente resolver esse problema que já está se arrastando por décadas. E nossos parceiros. Com certeza serão mais a partir de hoje. As divisões envolvidas, que são muitas. Faltou colocar o DPP aqui porque, no final das contas, vocês que estão nos abrindo as portas para estar junto com a sociedade civil, representantes da sociedade civil. Acho que aqui tem representantes do primeiro, segundo e terceiro setor, acho que é o coletivo mais importante da cidade. Então, eu agradeço a possibilidade de estar aqui representando o DEPAVE-5, o DEPAVE, porque é com vocês que a gente tem que contar. Vocês que têm uma grande responsabilidade nessa cidade, não é verdade? Então o CADES foi uma porta muito boa para a gente estar junto e, obviamente, a gente fica aberto a questionamentos. Vou deixar...Meu contato está aqui, precisando, tendo dúvidas, sugestões, fiquem à vontade, porque é com a colaboração de todos que a gente cresce. Mesmo as críticas, a gente também cresce com as críticas, a gente aprende a ser melhor. Então agradeço.

José Manuguerra (Coordenador Geral) - Obrigado, Andréa. Apresentação muito interessante e alarmante, porque mostra algo que foge um pouco do nosso senso comum. Ô, pera lá, você precisa tirar árvore para defender o meio ambiente? Sim e acho que esse é o principal desafio. É você fazer essa articulação, é fazer esse esclarecimento à sociedade, aos moradores, aos usuários do parque, aos opositores, de que a gente está desenvolvendo um projeto de defesa do meio ambiente, porque se não for feito nada, vai degradar a região, uma região tremendamente importante para São Paulo numa ameaça que não é aparente. É preciso que venha o técnico esclarecer para a gente de que a situação está evoluindo para um caso de ameaça ambiental muito grave. Então, esse é um projeto que é a cara do FEMA. É defesa do meio ambiente, está no artigo da lei. Então parabéns.guardo ansiosamente esse projeto chegar lá, Ok? Moliterno? Vou passar a palavra para os Conselheiros fazerem suas considerações.

Cons. Marcos Moliterno - Muito obrigado. Eu acho interessante essa exposição e eu vou te falar por que eu acho interessante. Como é que você vai tratar das palmeiras que



ATA DA 197ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

existem nos prédios do entorno? Eu tenho várias questões. Então, você vai pensando devagarzinho. Como é que você vai tratar das palmeiras dos prédios que estão no entorno? Se um prédio tirar uma arvorezinha de lá, o teu pessoal vai lá e mete uma multa desgraçada no prédio. Esse é o primeiro ponto. Eu quero só elencar a diferença que existe entre a Secretaria fazer as coisas e o cidadão, cheio de responsabilidade pela cidade, tentar fazer as coisas. Como é que você vai proceder com as palmeiras que estão no entorno? Essa é a primeira questão. A segunda questão, você tem um prazo de dois anos para fazer esse manejo com supressão. Se você fizer pela Secretaria colhendo recursos, você vai fazer isso em dois anos. Se você ligar na Prefeitura Regional da Sé, acho que é a Sé que cuida de lá, e pedir para fazer a poda ou a supressão, esses dois anos não são suficientes. Em dois anos o cara não vai lá. Todo ano, todo fevereiro... Eu tenho uma casa em Pinheiros, perto da antiga Subprefeitura e eu tenho três árvores na frente da minha casa. Todos os anos, desde 2002, eu protocolo um pedido de supressão de árvore. Duas já caíram, mas eu continuo protocolando. Nunca eu fui atendido. Nunca. E eu faço isso só para eu provar a este Conselho que o sistema que nós temos hoje não funciona para o cidadão. Se você pedir uma poda ou pedir a supressão de uma árvore que tem risco de cair em alguma coisa, isso não funciona. Porém, a bota pesada da multa da Secretaria vai estar no pescoço do cidadão, então eu venho aqui antes de a gente fazer essas aprovações. A gente tem um debate muito mais sério, que é essa questão. Você disse que nós temos uma série de espécies invasoras: seafórtia, leucena, ipê-jardim e eucalipto. Você já viu um eucalipto caindo? Já viu? Então, quando um eucalipto cai, é uma desgraça, mas o teu pessoal está lá para multar. Então, eu acho que nós temos que abrir esse debate aqui neste Conselho porque não vai acontecer isso e eu te digo por que não vai acontecer isso. Você vai ter que passar no CONDEPHAAT. Eu sou Conselheiro do CONDEPHAAT. Se as seafórtias estiverem na época do tombamento, isso não vai passar, portanto a gente tem que ter uma responsabilidade aqui de começar a discutir o meio ambiente urbano, que não se discute, que é diferente do meio ambiente rural, para ver o que pode ser feito e o que não pode ser feito. Por exemplo, essas trezentas árvores que você vai mandar para um parque, eu já sou contra isso. Porque se você atravessar o lado de lá da Paulista, aquilo é um deserto de uma aridez que cabem as trezentas árvores lá, o que é muito mais razoável do que você mandar para o parque. O parque, uma hora, vai brotar sozinho. Eu te dou os parabéns, eu entendo o seu problema, mas entenda o problema do cidadão. Se você tentar tirar uma palmeira num prédio que está em frente ao Parque do Trianon, você não vai poder. Então, ficam aqui as considerações para o Conselho.

Andréa - Posso fazer um comentário rápido? Realmente, essa questão do entorno a gente vai ter que trabalhar de alguma maneira. Você tem toda razão, porque a partir do momento que eu limpo o parque, eu não estou avisando para o passarinho "não come o fruto lá do vizinho e não vem fazer cocô aqui no meu parque, viu?". Não tem como. Então, o trabalho é talvez sensibilização, informação. A questão de poda, controle, a gente pode conversar mais sobre isso depois, com calma, para não tomar o tempo de vocês. Por exemplo, o Parque Buenos Aires também está começando com seafórtia, então como demanda toda uma estruturação aí anterior, a gente está fazendo o manejo de cachos. Nossa equipe já consegue ir tirando os cachos, você já evita uma proliferação; então, tem pequenas ações que a gente já pode começar a fazer. Combater exóticas no Município como um todo realmente é muito complicado, mas a gente pode começar com informação, com a difusão da informação e podemos conversar mais a respeito disso daí também.



ATA DA 197ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

José Manuguerra (Coordenador Geral) - Moliterno?

Cons. Marcos Moliterno - A gente pode conversar quanto tempo quiser, mas eu acho que é hora de a gente tirar esse peso de poda sobre espécie exótica. O que se pode fazer, se você tira um eucalipto, uma leucena, você coloca uma árvore nativa e existia essa complementação. O não pode é você não deixar o cidadão não fazer nada quando ele vê uma árvore ameaçando a sua casa, seu bem, e se você fizer alguma coisa você vai ser multado, como todo mundo sabe aqui. É R\$ 1 bilhão que nós temos em multa aqui para receber? Quanto é dessas podas? Qual a parcela disso? Gente, isso é extorquir um pouco mais o cidadão. Ninguém corta uma árvore de maldade. A grande parte das pessoas corta porque vê um risco naquilo e o pessoal está lá. Obrigado.

José Manuguerra (Coordenador Geral) - Obrigado, Moliterno. Conselheiro Ângelo?

Cons. Ângelo Iervolino - Ângelo, da SAL. Primeiro eu quero parabenizar a Andréa pela apresentação sempre bem clara. Bom, eu conheço o Andréa eu não tinha cabelos brancos ainda. Duas perguntas: no primeiro slide que você coloca a relação em treze e dezessete tem uma das áreas diminuiu. Tem algum estudo a respeito disso? O lote oito. Essa é a primeira. A segunda: estas exóticas já estavam no parque ou alguém plantou porque nós temos uma lei municipal que proíbe o plantio de exóticas em áreas públicas, ou seja, calçada, parques, jardins e essa lei, inclusive, segundo os engenheiros agrônomos da Subprefeitura, ela está bem ultrapassada. Quando da publicação do manual eu falei isso, mas o manual não melhorou muito e eu falei "a gente não precisa ter somente o manual de poda, também como plantar corretamente", porque todo mundo vai lá na Subprefeitura, eu quero uma árvore e tudo e coloca na frente da calçada. Dois anos depois, pô, tá pegando fio, tá pegando no meu telhado e nós temos na Zona Leste - eu não sou estudioso nessa área -, mas nós temos na Zona Leste, no Parque do Carmo, que é dentro da APA do Carmo, a questão da cerejeiras, que tempo atrás tinha um Prefeito que queria que São Paulo fosse a primeira cidade depois do Japão que tivesse cerejeira e na última plantio elas concorreram diretamente com a nativa e também chegaram a tirar nativas para plantar cerejeiras. Eu acho que uma revisão nessa lei seria muito importante. Eu não sei se a Andréia conhece a questão da cerejeira lá no Parque do Carmo. Então, é uma coisa que a gente tem de pensar como melhorar. Obrigado.

Andréa - Rapidamente só para responder à pergunta ali do lote que diminuiu, são só na verdade dois exemplares a menos. Então, acontece que a seafórtia também adoecem, às vezes a gente tem que fazer uma supressão ou até elas caem naturalmente. Então, não temos um estudo, um levantamento, mas pode ter acontecido isso nesse lote especificamente. Com relação à introdução da seafórtia, como ela é amplamente utilizada no paisagismo urbano, os paisagistas gostam muito dela, e realmente ela é muito bonita e o parque é histórico, ele remonta da história da cidade, da implantação da nossa cidade no território urbano, então, é difícil dizer se alguém levou para plantar. Pode ser, sim, porque muitas foram plantadas de maneira "eu quero aquela espécie", outras não. A própria disseminação da seafórtia ela pode ter ocorrido a invasão naturalmente. Com relação à revisão de leis, os técnicos da Secretaria do Verde acham que deve haver, sim, uma revisão da lei, pelo menos das espécies invasoras. Isso é uma discussão interna técnica também.

José Manuguerra (Coordenador Geral) - Eu acho que a Priscilla tem algumas informações a complementar. Priscilla?



ATA DA 197ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Priscilla Cerqueira - Bom dia a todos, Priscilla Cerqueira, engenheira agrônoma, assessoria técnica do DEPAVE. Vou fazer uma complementação na fala da Andréa, na apresentação dela - parabéns - lincando com o Plano da Mata Atlântica que foi aprovado nesse Conselho na última reunião em dezembro. O Parque Trianon está mapeado no Plano da Mata Atlântica, é um remanescente importante. Como a Andréa falou, está numa área intensamente urbanizada e essa situação de fragilidade refletida na presença das invasoras representa o que está acontecendo em todas as outras áreas verdes que nós temos no Município. São cento e sete parques e cinco mil praças. O que é essa fragilidade? As áreas estão isoladas. Se vocês lembrarem, na apresentação da Anita em dezembro, uma das principais ações que está prevista no Plano da Mata Atlântica é a formação de corredores para conectar essas áreas. O Parque Trianon é a mesma situação. Então, vai de encontro com o que o Conselheiro Marcos falou que a gente precisa trabalhar o entorno. Então a gente precisa prever a conexão dessas áreas para que a gente não tem essa erosão genética. A gente está perdendo a diversidade lá dentro do parque, e de todas as outras áreas que eu citei, porque a gente não tem um fluxo de fauna e um fluxo de chegada e de saída de semente, de folha, de substrato, enfim. Então, nesse sentido é muito importante que a gente dê andamento no que está previsto no Plano Diretor, que é a elaboração dos quatro planos verdes. O primeiro foi o da Mata Atlântica, que está concluído e a gente vai passar para a fase de implementação dele. O segundo é o plano das áreas verdes, que vai pensar essa conexão toda e como é que a gente vai fazer a gestão das praças e de todas as outras tipologias de áreas verdes que a gente tem no Município, o plano de pagamento por serviços ambientais e o plano de arborização urbana, que vai prever, vai contemplar tudo isso que o Conselheiro levantou com relação à gestão das árvores na cidade. Então, é fundamental que tanto a Secretaria quanto sociedade - e a gente conta com o apoio do Conselho na elaboração desses outros planos. É isso.

José Manuguerra (Coordenador Geral) - Obrigado, Priscilla. Conselheiros?

Cons. Cristina Kirsner – Cristina Kirsner, Fiscais da Natureza, da Sul 1. Eu achei super pertinente a colocação do Marcos e queria saber se esse Conselho não tem esse papel de pedir urgência nessa revisão visto que realmente o cidadão está em situação diferente e desfavorável de uma entidade, né? Eu acho que é por aí. E queria saber o custo desse projeto, aproximado.

Andréa - A gente está fechando o custo. A questão da revisão das legislações eu acho que cabe mesmo - aí é uma opinião minha, técnica -, cabe a vocês mesmo trazerem, porque a gente precisa, tecnicamente a gente entende a necessidade de se rever e eu entendo, Manuguerra, que vocês podem trazer isso em pauta em algum momento. Como isso será encaminhado, aí eu acho que vocês podem deliberar a respeito. Custo. Olha, eu estou fechando o orçamento, mas não vai ser menos que R\$ 1 milhão. Por quê? A gente está falando de manejo de dois anos. São vinte e quatro meses, então vamos pensar aí em R\$ 500 mil por ano. Não é muito, porque a gente precisa de uma equipe especializada. A empresa que a gente vai abrir licitação, a gente ainda está vendo o modelo. Ainda não sei esses trâmites, que não é muito o meu *know-how*. Então o pessoal do DPP que vai me ajudar e o pessoal também do DAF vai me ajudar. Tem que ser uma equipe especializada, é um manejo difícil, a supressão ela não pode ser por queda livre, você tem que subir na árvore e ir tirando ela em gominhos. Então tudo isso encarece. É um parque que você não pode depositar resíduo por nenhum tempo. A gente não tem áreas para a deposição de resíduo de poda de supressão. Então, esse resíduo tem que



ATA DA 197ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

sair imediatamente. O parque está na Avenida Paulista, não pode ser em qualquer dia da semana. Então, tem tantas variáveis que acabam encarecendo, mas é o custo que seria de um manejo arbóreo natural. Então, a gente está vendo vários orçamentos para fechar um valor que seja honesto, porém, que contemple o que a gente precisa, porque não dá para ser um serviço meia boca. Vai ter que ser com gente muito especializada, tem que ser perfeito o trabalho, fora que a gente vai fazer o trabalho de comunicação e o de reposição também, porque isso tem custo, mas o mais grosso está no controle da seafórtia, das arbóreas. Mas vocês vão ter acesso ao valor fechado.

José Manuguerra (Coordenador Geral) - Conselheiro?

Cons. Cristina Antunes - Cristina Antunes, SAJAPE/CIRANDA. Eu concordo com o Moliterno, mas nós todos temos uma enorme preocupação com relação a liberar geral. Então, nós temos aí - não sei se ainda está em pauta -, mas uma proposta do Prefeito de permitir que a sociedade civil atue nessa área. E quando você fala, Moliterno, que a maioria se preocupa com a árvore que está caindo, eu não sei se é isso não. As pessoas se preocupam porque suja a piscina, a árvore incomoda, a árvore cai folha na calha e dá trabalho. Nós moramos em bairros densamente vegetados, a gente vive isso diariamente. De repente, a árvore começa a morrer. Ela tomou uma injeção de água cândida, de cloro e definha. Então, não dá para deixar isso simplesmente ao bel-prazer dos moradores. Tem, sim, que ter um controle. Concordo com você que às vezes, né, Beth, tem um vizinho que cortou uma arbustiva na calçada e teve que pagar R\$ 900 de multa. Então, tem, sim que ter uma revisão, mas em nenhuma hipótese, na nossa avaliação, de abrir a porteira para qualquer cidadão fazer isso. Nós temos uma proposta aqui na Secretaria de criar grupos dentro das comunidades que passem por treinamento na Secretaria, na UMAPAZ, para poder assumir essa tarefa como parceria com a Prefeitura. Isso aqui vai permitir diminuir essa lista enorme, essa demanda enorme represada nas Prefeituras Regionais, que não têm mesmo condição de dar conta nem de manejo básico, nem de tirar um galho ladrão e nem de tirar essas cerquinhas, os protetores que estrangulam uma árvore. A gente está vendo isso acontecer, mas a gente permitir que qualquer pessoa vá fazer isso nós vamos perder, vamos ter um prejuízo muito maior do que a perda de vegetação que a gente tem naturalmente. Volto a insistir, Manuguerra, a gente tem que olhar com carinho essa proposta. Ter dentro de todas as comunidades, isso daqui pode ser estimulado, a gente tem... é um dos projetos que a gente apresentou aqui - infelizmente não foi não foi contemplado - para melhorar essa questão da arborização urbana e com relação ao seu projeto, parabéns. É encantador, mas também concordo com o Manuguerra: dizer que a área lá não tem espaço para plantio é um pouco atender aos interesses dos empreendedores, que querem ter a calçada inteira rebaixada para entrar carro na garagem. Então, tem, sim, a gente sofre disso também lá em Santo Amaro, porque se fala... Nós perdemos R\$ 3 milhões de um TCA do Metrô, porque a Prefeitura Regional falou que não tinha mais onde plantar em Santo Amaro. E terceira questão: sou sapo de fora, sou sapo de fora duplamente, porque eu não estou no Conselho e nem sou da Zona Leste, mas a Sueli acabou de falar de um parque lá que precisa de arborização. Então, o M'Boi teve um incêndio, mas M'Boi é uma das regiões mais arborizadas da cidade e a gente sabe que tem uma reconstituição natural. Então, a Sueli acabou de colocar essa demanda. Tem um parque lá que é um aterro e que precisa de vegetação. Então, outra vez, desculpe. Sou sapo de fora, Sueli, mas eu fico sensibilizada por uma situação como essa. Obrigada.



ATA DA 197ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Andréa - Só deixa eu fazer um esclarecimento, Manuguerra. Quando eu falei de falta de área é interna, dentro do parque, só para esclarecer. Onde a gente tem domínio no DEPAVE, claro, pode ser no Aterro, pode ser no M'Boi, a gente não está falando do entorno da Avenida Paulista. A gente está falando do nosso território de atuação, que é o limite do Parque Trianon, que realmente não cabem setecentas, porque elas cresceram fora do parâmetro, enlouquecidamente. Então, a gente não pode super povoar, mas é um critério técnico. Com relação à área, a gente está nessa avaliação e foi uma decisão técnica interna. Os técnicos da equipe técnica de manejo do DEPAVE-5, mas a gente pode conversar a respeito do Aterro.

José Manuguerra (Coordenador Geral) - Legal. Conselheira Rosa?

Cons. Rosa Ramos - Bom dia a todos, Rosa Ramos, da OAB-SP. Eu quero aqui compartilhar com todos e acho que todos têm a angústia que é questão de prazos, né? Eu vi na apresentação, Andréa, e já aproveito para parabenizá-la pela exposição, que em 2003, no decorrer do projeto, vocês foram fazer um levantamento, o mapeamento estatístico de quantificação. Se não me engano foi isso. Em 2003?

Andréa - Na verdade, 2003 foi identificado um problema: o início da invasão biológica. Já se viu a necessidade de fazer o enriquecimento da vegetação do Parque Trianon. (*inaudível*) o censo, de quantas exóticas, quantas invasoras. Estava no começo, mas as equipes elas já estavam identificando que havia a necessidade de trazer mais nativas, de fazer um manejo das exóticas e trazer mais nativas. Isso foi em 2003.

Cons. Rosa Ramos - Com relação a isso, veja, são quinze anos. Acho que a nossa gestão não vamos ver esse projeto realizado. É muito tempo. Na nossa área de atuação jurídica, onde a maioria dos prazos prescricionais são de cinco anos, quer dizer, esse projeto já teria sido enterrado faz tempo. Então, eu acho esse Conselho ele tem essa função de cobrar agilidade nisso. Você veja que você está numa fase ainda de buscar recursos. Como é que isso vai ser executado? Será que vai ser executado, numa situação onde a gente vê todas as Prefeituras, todos os Estados do país que não têm dinheiro para questões mais urgentes, inclusive. Enfim... É uma situação que está aí, real, que todo mundo acompanha, todo mundo sabe. Eu ouvi aqui em relação aos recursos do FEMA a questão dos parâmetros, prazos, fiscalização, mas eu acho que essa questão desse projeto, se ele tem de fato prioridade, se não agilizar ele não vai acontecer. Eu me recordo aqui, para fazer constar, inclusive, em 2006 houve uma tentativa de parceria inclusive com o setor privado através da Federação das Indústrias um projeto fantástico onde ela assumiria, inclusive, com recursos financeiros. Por vários motivos de gestão isso não foi à frente. Era como se fosse uma adoção financeira do parque para corrigir inclusive esses problemas, porque esse era 2006 e você está me dizendo que 2003 esse problema já teria sido levantado e esse projeto não foi adiante. Na verdade, a minha fala ela é mais um desabafo, porque eu acho que se esta Secretaria não de fato se empenhar em relação a prazos para que isso ocorra eu acho que esse é mais um projeto que a gente vai ficar aqui, com muita tristeza, lamentando pela sua não realização.

José Manuguerra (Coordenador Geral) – Obrigado, Rosa. Patrícia.

Cons. Patrícia Sepe – Parabéns, Andréa, fico super orgulhosa, como sempre. Super de qualidade. Queria ponderar só umas coisas. Eu acho que a fala da Cristina, que já se retirou, contemplou; a ponderação que ela fez em relação ao que o Moliterno colocou; acho também que é super pertinente essa questão. Acho que eu apontaria aí uma



ATA DA 197ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

preocupação que sempre nos leva: a gente tem uma carência de técnicos; acho que existe uma burocracia na Prefeitura que precisa ser revista. Não sei se o problema é da lei, mas também acho que precisa encarar isso, pois tem uma questão de agilidade da burocracia. Mas, por que demora dois, três, cinco anos para fazer uma vistoria? Porque não tem agrônomo; não tem engenheiro agrônomo nas Subprefeituras. Então, eu até fazendo parte do corpo de servidores efetivos desta Prefeitura, acho que precisa se ponderar, e coloco para o Secretário Adjunto: a gente não tem concurso para engenheiro agrônomo há muito tempo na Prefeitura. E, tudo bem. Ah! Nós estamos numa pendência de terceirização. Será que efetivamente isso agrega qualidade? É mais barato? Então, vamos fazer esse estudo. Mas o que a gente vem assistindo ao longo dos últimos dez, quinze anos é um esvaziamento completo do corpo técnico, inclusive na Secretaria do Verde. O DEPAVE, a gente tem uma carência fundamental de funcionários no corpo técnico. Então, a gente precisa, sim, rever. E acho que o que você coloca aqui, Andréa, é o resultado de duas questões. O DEPAVE sempre pensou nos planos de manejos dos parques, né? Uma coisa é propor, outra é executar isso. Isso é um reflexo; não é um problema que aconteceu de repente. O plano de manejo é uma coisa que vocês pensam há anos, há décadas, mas se não tem... E a questão do Plano da Mata Atlântica, mostra também... Infelizmente, a gente quer salvar, mas esse fragmento, do ponto de vista ecológico, todo ele, praticamente, ele está morto, porque não tem aí troca, nada. Mas a gente tem que de fato fazer essa prática. Então, o que eu ressalto - aproveitando até a presença, aí, do Secretário Adjunto -, a gente precisa fazer uma gestão, discutir isso: que a gente precisa fortalecer o corpo técnico, precisa ter contratação de alguma forma, de biólogos, engenheiros agrônomos, engenheiros florestais, porque, senão, cada vez mais, a gente vai ter... Achei super oportuno a fala da Priscilla. Eu estou na Secretaria de Urbanismo, participei ativamente aí da formulação do Plano Diretor. Muito dos planos verdes que vocês colocam foi uma demanda, ouvindo a Secretaria do Verde, mas um pouco da nossa vivência. Agora a gente precisa fazer esses planos. Tem plano que tinha prazo de dois anos e não estão sendo feitos. O Plano da Mata Atlântica saiu por muita força e empenho dos técnicos, mas faltou apoio. Acho que o Secretário precisa ver. É prioritário, eu poria na frente, Priscilla, o plano de arborização. Vocês têm que encarar isso. Graças a Deus a gente não teve grandes chuvas esse ano - apesar que ontem choveu para caramba e ventou -, mas começa a cair, mata gente árvore na rua e precisa ter um plano de arborização urgente. O plano de prestação de serviços ambientais a gente não pode fazer um edital para captar dinheiro do FEMA porque não tem o plano. Então, é um pouco isso que eu falo. Precisa de dinheiro, sim, mas precisa também a gente focar, priorizar algumas questões aí dentro da Administração, tá? Então é isso, mas parabéns. Vamos ver se a gente consegue.

José Manuguerra (Coordenador Geral) - Obrigado, Patrícia. Acho que a Ângela tinha algumas considerações?

Cons. Ângela Branco - Ângela Branco, Secretária Municipal de Segurança Urbana, Guarda Civil Metropolitana. Eu vou falar com uma certa tranquilidade sobre esse tema porque eu trabalhei, entrei ainda na década de 1980 no DEPAVE, antigo DEPAVE, e até 2012 atuei na Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, inclusive trabalhando com a questão de espécies exóticas invasoras. E a minha colocação é talvez mais para uma reflexão do problema. O que me espanta é que esse problema já é discutido de maneira bastante contundente, já era, desde o final da década de 1990 e realmente em 2003 já tem um documento muito bem elaborado, mapeado - se não me engano Paulo Del Picchia, o arquiteto Paulo Del Picchia estava envolvido, para fazer realmente uma



ATA DA 197ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

ação de controle. E o que chama a atenção é que esse assunto vem sendo discutido há tantos anos quando aquelas plântulas já deveriam estar sendo removidas, ou seja, se o manejo tivesse sido praticado lá de 2003/2004, nós não estaríamos sequer discutindo essa questão aqui agora e envolvendo tamanha complexidade, órgãos, recursos financeiros na ordem de R\$ 1 milhão, quando bastava que o trabalho operacional, trabalho de ação, de manejo propriamente dito num espaço mínimo, considerando o Município de São Paulo, considerando a problemática - espécies invasoras lá -, o Município de São Paulo, considerando esta espécie, a seafórtia no Parque Trianon é muito pequeno esse problema e facilmente contornável com uma ação de campo, fazendo um trabalho operacional, tirando as mudas antes que elas crescessem. E eu fico estarecida porque em 2011 inclusive coordenei a questão da portaria das espécies exóticas invasoras, quando era para atuar juntamente com a USP, quando a USP estava fazendo o seu manejo, pedindo autorização para fazer o manejo. E naquela ocasião ficou decidido que as plântulas seriam removidas rapidamente, as pequenas mudas, ou seja, o problema estabelecido ali, mapeado, não se transformaria num outro problema, uma vez que já estava muito bem definido a prática de manejo que deveria ser adotada. Agora vamos voltar em 2013, dez anos depois. De oitenta e sete árvores agregou-se mais cento e dez espécimes arbóreas adultos de algo que deveria estar sendo controlado enquanto plântulas. Para uma reflexão de todos. Então, eu entendo que isso sirva de exemplo para outros parques, outros manejos, porque nós estamos falando aqui de uma espécie. Quantos problemas nós não temos com espécies invasoras ou não são invasoras? Será que elas são invasoras de fato? Teria que fazer uma análise melhor. E dentro daquilo que é da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, que é o terreno onde ela atua diretamente, ela tem condições de tomar todas as medidas de manejo porque ela tem uma divisão para essa finalidade, evitar que problemas dessa ordem se avolumem. Eu tenho como prática, pela minha própria formação, que é médica, médica veterinária, uma ação de antever problemas e atuar antes que os problemas se estabeleçam. Tem vários exemplos: atualmente estamos na Secretaria de Segurança Urbana atuando em defesa ambiental. Então, uma reflexão: é melhor fortalecer o sistema de fiscalização para coibir o desmatamento do que depois, ou agora, temos que agir rapidamente para fazer depois o replantio. Com relação às espécies exóticas, atuar rapidamente para que essas plântulas, para que se esse plano não ocorra agora, daqui cinco anos nós teremos - porque não tem mais muito espaço - mas, por exemplo, tenhamos trezentos exemplares e cada vez fica mais difícil. Como eu falei, é uma questão para reflexão, para fortalecimento, como a Patrícia falou - precisa sim fortalecer a área técnica -, mas, principalmente, fortalecer as ações de manejo, porque planos nós temos bastante e se alguém for olhar, tiver alguma dúvida, basta olhar o Plano Municipal pela Biodiversidade, que foi publicado em 2011 e esse plano, inclusive, quando fala das espécies exóticas invasoras, ele traz uma foto e essa foto é exatamente a seafórtia. Então, é uma reflexão. Obrigada.

José Manuguerra (Coordenador Geral) - Obrigado, Ângela. É importantíssimo essa reflexão que você permite a nós fazermos porque de fato houve um dia em que esse problema não tinha essa dimensão, essa complexidade e também o custo de resolver. Houve um tempo em que resolver era mais fácil e muito mais barato. Acho que não nos cabe agora questionar decisões de dez, quinze anos atrás, mas cabe, sim, a reflexão do que que a gente deve fazer daqui para frente. Quando a Andréa me procurou lá no DPP para apresentar o projeto, eu não tinha conhecimento dessa situação e fiquei espantado. Falei "meu Deus, como que isso chegou nesse ponto"? Em questão de poucos anos, o número de invasoras simplesmente dobra. Então, é um caso de ameaça



ATA DA 197ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

muito, muito séria, muito grave; e quanto mais tempo passar, a complexidade e o custo de solução dessa situação é exponencial. Então, sim, Patrícia, você tem razão. A gente desengessar, a gente precisa ter a infraestrutura, a capacidade de resolver isso com rapidez e Rosa, sim, a gente precisa de uma revisão da legislação que permita a gente ter essa agilidade e, sim, Ângela e demais Conselheiros, a gente precisa atuar no problema de maneira rápida, de maneira célere, evitando que ele cresça descontroladamente. Então, é um projeto importantíssimo, é uma situação bastante grave, bastante séria e terá todo o apoio que nós do FEMA pudermos dar para resolver essa situação, porque a gente não está falando de uma situação hoje, pontual. É daqui para frente. Se nada for feito, piora muito. Se fizermos e mantivermos, a situação estará sob controle, mas a manutenção, a articulação, a catequese da população é fundamental nesse processo. Andréa, Parabéns pela apresentação, aguardo ansiosamente pelo projeto. Muito bem, passando para o próximo ponto da ordem do dia. Ângelo, você tinha colocado... Por favor, passo a palavra ao Conselheiro Ângelo.

Cons. Ângelo Iervolino - Ângelo, da SAL. Como eu falei, a questão do empreendimento chamado-se Copa do Povo. Para quem não conhece, está localizada em uma área verde bem em frente o Planetário do Carmo, na zona de amortecimento do parque natural e estão previstas mais ou menos dois mil e trezentas unidades de apartamento. O local não tem infraestrutura nenhuma para receber - vamos jogar por baixo - duas mil e trezentas, oito mil pessoas. Ruas estreitas, sem comércio, sem condução, sem a gente contar, que é o mais importante, que está dentro da zona de amortecimento do parque natural. Em tempo anterior, eu perguntei para o Secretário - se não me engano era o Natalini - esse empreendimento não vai passar pela Câmara Técnica do CADES porque não vai ter EIA-RIMA. Uma sugestão, como nós fizemos já no passado, se fosse o caso, montar uma Comissão especial de Conselheiros aqui do CADES para estudar. Fora a questão que é uma área - aqui eu estou com o laudo da CETESB - ela fala que pelo laudo é pouco a contaminação, mas se é pouco, há contaminação. E problema de gases também, porque lá funcionava um aterro clandestino. Também o modo que vai ser feito. Eu nunca tinha visto: nove andares. Vai ter elevador? Não. Quatro é para baixo, então quatro andares para baixo - vai morar tatu - mais cinco para cima, que pela legislação nós não podemos ter habitação com mais de cinco andares sem elevador. Então, foi o modo que eles vão afundar quatro andares e subir cinco. Azar de quem mora no térreo e tiver um parente lá em cima no nono, né? É uma coisa que nós temos muito lutado nos dois Conselhos, tanto o Conselho da APA do Carmo, como o Conselho do parque natural. Isso daí a sociedade civil encabeçou um protocolo para o Ministério Público, que quem cuida disso é o PJ-URBS. Não é questão de meio ambiente, entrou como moradia. E pergunto eu - olha, daqui até lá é a Sueli, que é a companheira da gente se ela teve acesso sobre alguém da nossa região que teve acesso à inscrição para esse empreendimento. Esse empreendimento veio de Itapevi, eles aproveitaram os sessenta dias antes da Copa para se instalarem no local, ameaçaram a Prefeitura e, na ocasião, o Prefeito, para não ter confusão, concordou em ajudá-lo a adquirir o terreno. Outra coisa: quem vai pagar pelos danos ambientais que eles já fizeram antes de construir o condomínio? Milhares de árvores! Eles falam "não, era só eucalipto". Não era só eucalipto: era também eucalipto. Mas, quem vai pagar por esse dano ambiental? Então, nós, do Conselho da APA do Carmo, Conselho do parque natural e eu acho que os ambientalistas da região de São Mateus e Itaquera, estão muito preocupado o que vai acontecer. Então, eu pediria que fosse feito um estudo, talvez montasse uma comissão para verificar e, olha, eu tive informações de fonte segura que a Prefeitura quer que a gente engula o sapo e que tem que sair de qualquer jeito, tem que sair de



ATA DA 197ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

qualquer jeito esse condomínio. Eu acho que referente isso, era só. Depois eu vou me inscrever quando for para as próximas reuniões. Obrigado. Não deu para trazer, eu tenho fotos no dia da invasão que eles foram lá. Se vocês virem a quantidade no longo da rua Malmequer do Campo, que é a principal da Gleba do Pêssego, onde está localizado o terreno, não é coisa de coitadinho não. Foi uma coisa bem planejada e aproveitando o momento político da Copa. Esse ano nós vamos ter a Copa novamente. Então, são quatro anos. E uma questão: o esgoto não sabe para onde jogar. Eu fui um...eu pertencço também ao FMSAI. A SABESP estava pedindo dinheiro para o Fundo para fazer o esgotamento. Só que o esgotamento, se for jogasse, que seria o correto, na bacia do Jacu, seriam R\$ 40 milhões. Agora, se for jogar na outra bacia, sairia mais barato. Qual seria essa outra bacia? A bacia do Aricanduva. Nós até hoje ainda temos problemas de elevatórias lá na Gleba do Pêssego, que a SABESP até hoje não conseguiu sanar. Vira e mexe está tendo vazamento e contaminando as áreas, porque nada nada o pessoal da Gleba do Pêssego também está dentro da APA do Carmo. Então, eu pediria a consideração de vocês. Mais para frente, se precisar, eu preparo mais material, fotos que eu tenho: eu tenho mais de 60 fotos que foram tiradas no dia da invasão. Eu acho que parou essas coisas, a gente teve que engolir tudo o que oferece para a gente. Obrigado a todos.

José Manuguerra (Coordenador Geral) - Obrigado, Conselheiro Ângelo. Ângelo, eu peço que todo material que você tiver acerca desse empreendimento, envia para o e-mail do CADES para que a gente possa internamente entender o que ocorreu de 2014 para cá e aí equalizar a informação com todos vocês. A gente fica com o compromisso de investigar a situação desse empreendimento, mas dependemos dessas informações. Se puder enviar para nós...Conselheira Sueli?

Cons. Sueli Rodrigues - Só um complemento. Sueli, da Macro Leste 1. Um complemento com as informações que o Ângelo está trazendo. Eu particularmente fazia parte do Conselho do Parque Natural Fazenda do Carmo. Nós estivemos na CETESB e foram poucos os que tiveram direito de olhar o processo de implantação. Então, esse empreendimento está muito obscuro. Realmente, eu entendo que a Secretaria do Verde precisa fazer esse papel mesmo que o Conselheiro Ângelo está solicitando. Só para reforçar. Obrigada.

José Manuguerra (Coordenador Geral) - Perfeito. Obrigado, Conselheira. Alguma consideração adicional? Muito bem, partindo para o último ponto da pauta, sugestões para a pauta da próxima reunião. Conselheiro?

Cons. Ângelo Iervolino - Bom, a primeira questão. Há uns meses atrás eu tinha conversado; eu estou com a memória meia curta, eu não me lembro quem era o Secretário. A Rute até me pediu que desse depois o número do TID, que é a questão de uma invasão na Avenida Aricanduva, que também está sendo feita sobre um aterro; área contaminada. Quem passar para lá vê. Conforme eles fizeram o corte, o lixo tudo aparecendo. A gente sabe que nós estamos em déficit de moradia, mas isso é questão de saúde pública e esse ofício, inclusive, né, Sueli; fomos nós do CADES que enviamos aqui para essa casa em 2 de dezembro de 2016 e até hoje o CADES Regional de São Mateus não teve resposta. Segundo, e isso daí é para a gente até o fim do mandato da gente a gente estar discutindo. Falta pouco, né, mais uns três meses? O segundo seria a questão como estão as coisas do Parque Linear do Cipoaba. Nós sabemos também que está no Ministério Público, ia ser feito as obras, não sei por que motivo o Ministério Público barrou. E o que está crescendo de moradia irregulares ao longo do rio é demais. Eu estou



ATA DA 197ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

aqui com uma cópia do Decreto 52.102 de 28 de janeiro de 2011, onde o então Prefeito Gilberto Kassab criou o Parque Municipal Morro do Cruzeiro: seis mil metros quadrados, que seria a área mais ou menos do topo. Até hoje não foi feito nada, tem três ou quatro antenas. Uma, se não me engano, é da Globo, outra da Claro, funcionando no local. Não sei se alguém está recebendo alguma coisa por estar no local. Nós temos um centro de referência que ia trabalhar em conjunto com o parque. Hoje o centro de referência, se for construído, vai ficar isolado no pé do morro. Então, os próprios agentes ambientais, pessoal da educação ambiental, principalmente da Macroleste 1, falou que dificilmente vão arranjar alguém para trabalhar lá. E, outra coisa, tem um processo da ECOURBIS, um projeto para fazer o CREA lá, mas está parado. A ECOURBIS fala que enquanto a Secretaria não der sinal verde para eles construírem eles não fazem nada. Outros é a questão que também está no Ministério Público. O então Secretário Doutor Ricardo Teixeira foi até convocado pelo Ministério, o Ministério ficou de ajudar, a questão do Parque Nascente do Aricanduva. É outra coisa que parece que agora tem um estudo de a gente começar a trabalhar pela área que é municipal, que pertence à Subprefeitura da Cidade Tiradentes. Mas, a área principal que está dentro da Subprefeitura de São Mateus está parada. Tinha um DUP que caducou. O ano passado foi novamente reeditado o DUP, mas se não fazer nada vai passar os cinco anos e vamos ter de fazer outro. E as invasões, crescendo. Começaram pelo lado de Mauá, porque o Morro do Cruzeiro faz divisa com Mauá, e estão invadindo também a questão a parte de São Paulo, de São Mateus. A questão que a Sueli falou do Parque Aterro Sapopemba, a coisa é mais grave ainda. Aterro Sapopemba porque ele era em cima de um aterro. Construíram o parque, tem a guarita, o escritório da administração, um campo de futebol e verde, nada. E fora isso, tem duas áreas: uma acima, a outra abaixo da onde hoje está a sede do parque, que não fizeram nada e todos os meses a Subprefeitura tem que chamar os nossos amigos da Guarda Civil Ambiental, da Polícia Ambiental, para a gente tirar o pessoal. Então, é uma questão da gente ver o que vai fazer. Se não dá para fazer nada - porque dizem ainda que a área é contaminada - mas se a área é contaminada, o foco da onde era o aterro é justamente onde hoje está o parque, porque é no meio. Então, era uma outra coisa que a gente precisaria estar estudando para a gente poder verificar, porque nós estamos com muita falta de espécie na Leste, inclusive, só complementando a questão do empreendimento, quem participou do Programa Municipal da Mata Atlântica, essa área é uma área importantíssima para o programa para fazer o corredor ecológico que se pretende fazer. Ora, como vai fazer um corredor ecológico com duas mil moradias? Por enquanto, é só, para o mês que vem tem mais.

José Manuguerra (Coordenador Geral) - Obrigado, Ângelo, estão anotadas as sugestões. A gente vai fazer investigação interna na Secretaria e trazemos a devolutiva na próxima reunião. Patrícia? Acho que a Rosélia gostaria de fazer alguma consideração, Patrícia logo a seguir.

Cons. Rosélia - Sobre a ECOURBIS. Nós estamos retomando a conversa que está desde o começo do ano passado com a ECOURBIS por conta do termo de compensação ambiental para fazer o Parque Cabeceiras do Aricanduva e aí a gente sofre mesmo desse problema que a Patrícia fala, que a gente está com muito pouca gente para trabalhar. Então, as coisas andam num outro passo do que a gente gostaria e também de um outro ritmo que a gente já acostুমou a trabalhar antes. Então, hoje nós estamos trabalhando como a prioridade junto com o DEPAVE-1, que foi que a gente desenvolveu mesmo esse estudo para a área pública que tem no Cabeceiras do Aricanduva. Quanto



ATA DA 197ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

à área a ser desapropriada, que é a parte que fica em São Mateus, nós já reservamos recursos no FMSAI. E que vocês acompanharam todo esse drama do FMSAI, porque no ano passado, como a Secretaria não tinha feito a previsão de utilização de recursos do FMSAI, nós não conseguimos usar nenhum recurso. Não tinha dotação na Secretaria e esse ano nós temos e nós temos a possibilidade de usar esse recurso. O que acontece é que as plantas expropriatórias que já foram feitas uma vez elas não foram aceitas pelo Departamento de Desapropriação e desta vez quem terá que fazer as plantas também existe um decreto atualmente que todas as Secretarias têm que enviar para que a Secretaria de Obras faça as plantas. Então, nós estamos exatamente nesse processo de encaminhamento dos elementos para na verdade... A Secretaria de Obras, a gente já tem autorização para utilizar um contrato que a Secretaria de Obras tem para fazer as plantas expropriatórias. Então, a gente está andando com esse projeto, mas a gente não tem como falar quanto tempo vai levar. É essa a questão. E quanto ao centro de referência ambiental que ele citou também, que é uma obrigação da ECOURBIS fazer, de fato tem esse problema que o Senhor está levantando de que a área ficou totalmente isolada hoje, área que a ECOURBIS tinha comprado para implantar o centro. Então, a gente também no âmbito desse TCA que a gente tem que rever ele todo agora, vai ser também conversado sobre isso, sobre esse centro. A nova localização desse centro.

José Manuguerra (Coordenador Geral) - Patrícia.

Cons. Patrícia Sepe - É rapidinho. Acho que a Rosélia complementou aí, porque eu ia só fazer uma complementação à colocação do Conselheiro Ângelo, lembrando que todos esses parques seriam compensação ambiental do processo de licenciamento que ocorreu dentro desse Conselho há muitos anos. Muitos dos Conselheiros que estão aqui talvez não participaram, mas que é da central de tratamento de resíduos leste, ampliação do Aterro São João. Fora isso, existe nessa região - Morro do Cruzeiro, Nascentes - uma série de compensações ambientais não só relativas ao Aterro São João, a CTR. Acho que a Rosélia já respondeu em parte, mas acho que é uma prestação de contas. Que o Conselho aprova, tem uma Câmara Técnica de licenciamento e depois as compensações, as exigências, a gente.. já fui da Secretaria e a gente sabe da dificuldade do órgão público cobrar outro órgão público, mas acho que é superpertinente o que o Senhor colocou porque é compensação do licenciamento feito no âmbito deste Conselho, e a Rosélia - eu agradeço - acho que é isso. Ali é um mosaico de áreas de compensação, de pendências aí da ECOURBIS, mas acho que talvez pudesse, mais tarde, Manu, fazer uma apresentação do que incide, como que está o andamento. Fico contente que a Rosélia resgatou isso e também queria reiterar a solicitação em relação à Copa do Povo, se você pode perguntar ao DECONT por que que não teve o licenciamento ambiental, por que não é sujeito ao EIA-RIMA, se houve algum processo de licenciamento junto ao Estado ou foi dispensado de licenciamento sendo área de amortecimento. Pelo menos acho que a DUC teria que ter sido ouvida. Então, se você pudesse fazer essas considerações, na próxima reunião ou no outro o quanto, acho que seria interessante. Obrigado.

José Manuguerra (Coordenador Geral) - Ok.

Cons. Ângelo Iervolino - A questão tanto o Parque do Cruzeiro como o Nascentes, a ECOURBIS tem que fazer, mas não desapropriaram os donos da terra. Os donos da terra, tem camarada que está dando de graça para Prefeitura para se livrar, mas ninguém vai



ATA DA 197ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

atrás e cada vez invadindo mais, então é uma questão... eles estão com o dinheiro para fazer, mas não fazem porque nós não liberamos a área para fazer. Obrigado.

José Manuguerra (Coordenador Geral) - Conselheira Sueli?

Cons. Sueli Rodrigues - Sueli, Macro Leste 1. Complementando a questão das compensações ambientais da região de São Mateus. Foram muitos empreendimentos que ocorreram lá e isso nunca foi - pelo menos no Cades de São Mateus - nunca nos foi apresentado de fato quando foi e onde foi empregado esses recursos. Então, fica sempre aquela dúvida: nós temos recursos da DERSA, nós temos recursos da ECOURBIS, nós temos recursos do Monotrilho. Para onde foi todo esse dinheiro e a gente está só ficando com a parte criminal, com o total abandono da região. Os parques foram implantados e estão largados. O Parque do Jardim da Conquista, boa parte ocupado, e se não cuidarmos eles vão ocupar o resto. O Parque Nebulosas, a mesma situação. Dinheiro público gasto e que não está sendo preservado. Está virando tudo moradia. Eu vou de novo reforçar a fala do Ângelo: São Mateus precisa de socorro da Secretaria Municipal do Verde. É isso. Obrigada.

José Manuguerra (Coordenador Geral) - Obrigado, Sueli. Conselheira Rosa?

Cons. Rosa Ramos - Rosa Ramos, da OAB-SP. Como sugestão para a pauta, eu encaminhei um e-mail muito rapidamente atendido pelo Guerra que foi no sentido de todas as convocações que nós recebêssemos, tivéssemos as pautas pendentes, até para que a gente não se perca naquilo que a gente já encaminhou para o Conselho e que estão pendentes de serem apresentadas aqui. E o Guerra acabou encaminhando e eu acho que não sei se isso você fará agora normalmente, acho que é interessante para todos os Conselheiros, mas quero propor como inclusão para ponto de pauta, se não para a próxima, para as demais, seguintes, em relação do Programa Córrego Limpo de 2012. Também um programa que foi implantado, que a gente não tem o encerramento, não sabemos se ele terá continuidade, se ele foi encerrado, o que foi implantado, se ainda faz parte de um projeto desta Secretaria, da Prefeitura, ou de outra Secretaria, se existe algum projeto substituto a isso. São esses meus questionamentos que eu gostaria de ver discutido aqui no Conselho. Obrigada. Em relação à prestação de contas, o Senhor ainda decidirá se será ponto de pauta de uma reunião extraordinária ou ordinária. É isso, né? E o adendo às diretrizes para a utilização dos recursos.

José Manuguerra (Coordenador Geral) - Exato. Ok, Conselheiro, obrigado. Alguma sugestão a mais? Ok, passo a palavra ao Secretário Luiz Ricardo para o encerramento da reunião.

Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Tenho quanto tempo? Não, porque assim, todo mundo falou, sobrou dez minutos para falar. Bom, primeiro deixa eu fazer algumas considerações que são importantes para os Senhores, até porque eu venho de uma estrutura de Secretaria de Estado em que a gente exercita muito o CONSEMA. A Rosa participa lá, não sei se está participando, mas participou, a Vivian, enfim. Esta instância para a gestão, o Conselho, ele precisa ter uma interação com a gestão. É a primeira reunião que eu venho participando, venho participar, venho conhecer. Aliás, fiz questão de falar para o Eduardo que eu gostaria de participar dessa reunião para ver a dinâmica do Conselho, até porque eu entendo que o Conselho tem um papel fundamental na gestão da Secretaria do Verde. Primeiro, é importante que os Senhores tenham conhecimento nós, hoje, estamos com uma equipe nova na direção. O Eduardo Castro



ATA DA 197ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

como Secretário titular, eu como Adjunto e o Rodrigo Ravena, que foi o antigo Secretário do Verde, hoje é Chefe de Gabinete. Então nós estamos colocados e com uma tarefa muito desafiadora. A nossa tarefa hoje na Secretaria é tentar buscar uma gestão totalmente diferenciada do que está hoje. Quando eu vejo algumas manifestações do nosso representante do Instituto de Engenharia, quando a gente começa a ver algumas observações da sociedade civil, elas estão contribuindo com aquele sentimento que nós temos na gestão. Não é possível demorar dois anos para autorizar um corte de uma árvore. Dois, não é um mês, é dois, para cortar um ligustro, um eucalipto dentro da propriedade do sujeito, ou seja, se vocês buscarem o 156 e aí o pessoal da Prefeitura, os nossos parceiros, sabem que a maior reclamação que a Prefeitura tem hoje é com relação a questão da poda de árvores. Poda, manejo, enfim. Aliás, quando eu vim para cá o Prefeito, junto com o vice Bruno Covas, com quem eu já tive a oportunidade de trabalhar como Secretário, quer dizer, são coisas que são inadmissíveis para a gestão pública. Anteontem nós tivemos com o Secretário de Estado do Meio Ambiente e a CESTESB pode confirmar isso, 40% das licenças são auto declaratórias no Estado. Aqui não tem uma auto declaratória. O sujeito tem que fazer um pedido, tem que ir um técnico, gasta um recurso e um tempo e a gente não tem um conceito de auto declaratória aqui na nossa estrutura, ou seja, nós estamos na contramão do processo de gestão pública. Eu estou só pegando um parênteses para dizer o seguinte: que nós vamos precisar mudar isso rapidamente, mudar a legislação. Nós estamos lastreados ainda na época da lei do Jânio Quadros, que faz a gestão de poda de árvores. Nós estamos em cima de um decreto estadual de 1989, que congelou as áreas que fala "olha, aqui na Avenida tal, para você cortar, tem autorização, enfim". Nós temos uma normatização muito inapropriada para o momento de hoje e a estrutura da Secretaria está trabalhando em cima disso. A nossa ferramenta de trabalho está essa. A fiscalização ambiental hoje está o caos. As invasões estão acontecendo, nós estamos tendo dificuldade, a nossa equipe técnica não vai dar conta. Nós temos estruturas na própria Prefeitura e a gente não está utilizando. Esse exemplo aí que foi falado do passivo, o passivo ambiental de multas de R\$ 1 bilhão, isso aí... Se você for pegar o processo administrativo, ele está completamente falho, quer dizer, o nosso regramento está muito frágil e aí nos enfraquece em termos de posicionamento, de estrutura de Secretaria. Esse desafio de buscar uma nova forma da gestão, a gente sabe quais são os enfoques, quais são as prioridades: fiscalização, licenciamento, a questão da gestão dos parques, gestão do parque, criar parque. Hoje nós estamos com desafios de fazer uma gestão pública com recurso menor e que os Senhores sabem muito bem que hoje recurso público escasseou em todas as esferas. O desafio é achar uma forma de continuar, porque a demanda está aumentando. Existe um aumento da demanda, a sociedade está pressionando mais. As entidades, os cidadãos. O cidadão está perguntando mais sobre isso, participa mais disso e nós não conseguimos responder por que a gente ainda tem estruturas arcaicas, normatizações arcaicas e a gente precisa quebrar rapidamente esse paradigma. Então, assim, eu estou fazendo esse desabafo, aliás, todos aqui fizeram desabafo e eu vou fazer um desabafo aqui chamando os Senhores para nos ajudarem nesse desafio. O Conselho tem um papel importante para a gestão, para os Secretários, para mim, para a equipe toda, que nos dê retorno o que está de fato acontecendo. Nós temos que ter uma dinâmica de troca com vocês, não só uma coisa de cobrar, mas de fato participar, participar das Câmaras, das discussões, enfim. Nós estamos pedindo que vocês nos ajudem. Aqui nós demoramos aqui praticamente três horas de trabalho. Eu sei que são três horas que são valiosas para o Superintendente do IBAMA, aqui está o pessoal da CETESB, de todas as Secretarias. A gente precisa que este tempo que a gente tem aqui pelo menos seja muito produtivo para todos nós e que sirva para nós que somos os gestores, pelo menos um apoio para



ATA DA 197ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

que a gente tome algumas decisões. A técnica Andréa apresentou um projeto que é interessante, um projeto com relação às plantas invasoras, mas nós temos uma dinâmica com relação à questão do verde muito grande. O desafio é muito grande. O Plano Municipal da Mata Atlântica, que foi apresentado e aprovado por vocês, foi a primeira coisa que nós fizemos na gestão foi priorizar o Plano Municipal da Mata Atlântica e trouxemos o Prefeito para assumir o compromisso do Plano Municipal. E não sei se os Senhores acompanharam, mas ele esteve no lançamento - não me lembro a data mais - um domingo, ele esteve lá no parque e que nós fizemos questão de trazer o Prefeito para ele conhecer o que é o Plano Municipal da Mata Atlântica, com o SOS Mata Atlântica, para que seja incorporado na nossa gestão de Prefeitura a primeira defesa da Mata Atlântica que de uma forma ou de outra, nós somos privilegiados. Nós temos no nosso Município 30% de Mata Atlântica. Então, se a gente conseguir preservar isso, se a gente conseguir aumentar um pouco mais, eu acho que a gente já está dando um passo extremamente importante. Eu queria aqui dizer aos Senhores que o CADES precisa nos ajudar a fazer essa gestão. Eu estou aqui como ouvinte. Quero que os Senhores interajam conosco. Nós estamos fazendo um esforço muito grande de estar fazendo essa interlocução com todas as Secretarias. Anteontem mesmo nós estivemos com a Secretaria do Estado. A Secretaria do Estado, a CETESB, já são entidades públicas na gestão de meio ambiente e são referência. Então, às vezes a gente fica criando coisas aqui que são necessárias e o Estado já tem algumas coisas muito próprias e pode nos ajudar muito. O desafio aqui é a gente juntar esforços com a contribuição de todos os Senhores para nos ajudar nesses próximos três anos, que é um tempo bastante satisfatório, para que daqui a três anos nós tenhamos um quadro totalmente diferente do que nós temos hoje. A Secretaria está numa situação muito difícil de gestão e não é falta de recursos só, não é só falta de recursos. A nossa equipe técnica é muito boa, de qualidade. Nós temos um recurso financeiro que não é grande coisa, mas é satisfatório. Nós temos uma sociedade, um cidadão paulistano muito consciente. Nós estamos falando de uma cidade privilegiada, de um território privilegiado. Então, assim, é só a gente tentar achar a melhor forma de fazer essa gestão. Nós temos aí, em breve, um grande desafio, que é a desestatização dos parques. Nós já estamos na fase final, deve ir à consulta pública o Parque do Ibirapuera até o final do mês. Os Senhores todos podem ter conhecimento do que será essa desestatização. Nessa desestatização do Parque do Ibirapuera estão colocados um combo, ou seja, vai levar o parque e mais cinco unidades. Esse é um desafio, que é uma coisa nova na gestão. A gente não sabe se isso...A construção foi muito bem-feita. Agora a gente vai ver se o mercado de fato irá responder àquilo que a gente está imaginando. Eu acho que isso é um marco importante na gestão e que, com certeza, vai ser um balizador da gestão das outras unidades que nós temos, que são os cento e sete parques. Nós temos aí desafios muito interessantes, bons. Aliás, eu queria deixar aqui um apelo aos Senhores. Quando eu vejo aqui "ah, tal". Olha, a cooperação está aberta, a porta da Secretaria está aberta. Se os Senhores tiverem propostas de cooperação ou propostas das entidades, por favor, vamos começar a conversar sobre isso, vamos criar uma dinâmica. O FEMA ele é uma ferramenta complementar daquilo que nós temos no orçamento. É sempre bom lembrar que o FEMA não pode estar desconectado daquilo que a gente quer colocar como política pública na questão ambiental na gestão da Prefeitura. Ela não é uma coisa à parte. Ela tem que estar dentro da mesma linha da gestão. Então, assim, e o desafio FEMA, o grande desafio do FEMA é que ele tenha capacidade executiva e com bons resultados. Os Senhores colocaram aqui quais são os resultados do FEMA, o que que ele trouxe, o que ele não trouxe, a aplicação do FEMA. Eu acho que isso é um momento importante, um desafio importante para o FEMA para ele se profissionalizar mais na sua



ATA DA 197ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

capacidade executiva, na sua aplicação de recursos com resultados. Enfim, esse é um desafio que para nós serve como um norte, até porque essa é a orientação que o Prefeito nos deu para conduzir para a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Então, o CADES será, e nós vamos aqui, nos colocamos à disposição. O Manuguerra é apenas o Coordenador, mas o Presidente aqui é o Secretário do Verde e do Meio Ambiente. E aí a gestão ela tem que ouvir o que vocês têm para colocar. Eu queria reforçar o papel do Conselho e dos seus integrantes para que nos ajudem a cumprir este desafio. Eu acho que é uma dinâmica importante a gente deixar claro o que está sendo feito pela Secretaria em todas as suas ações, transparência, mostrando as ações, o que nós fizemos. Fazer parte da nossa rotina de trabalho mostrar o que nós estamos fazendo. Nós temos plano, o que nós estamos fazendo de parque, o que nós estamos pensando com a desestatização, o plano municipal de arborização. Com a questão da fiscalização, nós precisamos mostrar e os Senhores nos ajudarem a fazer esta gestão. Eu queria fazer essas considerações finais porque, não adianta palavras, adianta ação. Eu acho que este Conselho é um momento de trabalho, que a gente precisa aproveitar o máximo. Eu estou vendo aqui o pessoal da Prefeitura, pessoal da SMUL, um parceiro extremamente importante. A Heloísa tem uma dinâmica muito boa. O pessoal da Segurança também, nós estamos estreitando. E além dos nossos parceiros do Estado, da Federação, que são entes importantes nessa discussão da gestão ambiental, que nós não fazemos gestão sozinhos. Nós temos que fazer gestão dentro deste regramento em que nos foi colocado e a sociedade civil como um grande parceiro para nos gritar mesmo. É importante a gente gritar: "está acontecendo isso, nos ajude, nos apresente, nos denuncie". É importante para que a gente caminhe pelo menos com uma luz para a gente não errar muito. Errar a gente vai errar, mas tentar errar o menos possível. Eram essas as considerações que eu queria apresentar aos Senhores. Agradeço essa oportunidade e estou à disposição no Gabinete para que a gente interaja cada vez mais com vocês. Obrigado.

José Manuguerra (Coordenador Geral) - Muito obrigado. Ricardo. Muito bem. Então, eu declaro encerrada a reunião. Muito obrigado a todos.

LUIZ RICARDO VIEGAS DE CARVALHO

Secretário Adjunto da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente e
Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável – CADES

Conselheiros presentes:

ALBERTO TIAGO CARVALHO VERONA
ALESSANDRO AZZONI
ANDREA FRANKLIN SILVA VIEIRA
ANGELA MARIA BRANCO
ANGELO IERVOLINO
CAREN VANESSA DINIZ
CLARA PRATA SILVA
CRISTINA KIRSNER
DELSON SILVA LAPA
FABIO DE ALENCAR IORIO
GEORGE DOI

LUCIANO PINTO
LUIZ FERRUA FILHO
MAGALI ANTONIA BATISTA
MARCOS MOLITERNO
MARIA CRISTINA ESPOSITO
MARIA ISABEL MEUNIER FERRAZ
MEIRE FONSECA DE ABREU
PATRICIA MARRA SEPE
ROSA RAMOS
ROSÉLIA MIKIE IKEDA
SUELI RODRIGUES



ATA DA 197ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

JOSÉ EDILSON MARQUES DIAS

VIVIAN M. DE AZEVEDO MARQUES

Conselheiros Suplentes presentes:

CRISTIANE LIMA CORTEZ / DILSON FERREIRA / JOÃO CARLOS MARQUES G. VILHENA / LUCIO FLEURY DE OLIVEIRA BICHARRA/ MONICA MASUMI HOSAKA / PRISCILLA MARTINS CERQUEIRA.

Conselheira com Justificativa de Ausência:

CÉLIA MARCONDES

Coordenador Geral: José Manuguerra

Secretária Executiva: Rute Cremonini de Melo